

**Ata nº02/2024**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas e quinze minutos e término às treze horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -  
Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 18/DGF/ 2024; -----

PONTO 4 - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019 DE 30 DE ABRIL. QUADRO SÍNTESE DE TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS A TRANSFERIR E RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS. MINUTA DE AUTO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS. PROPOSTA N.º 31/GAPV/2024; -----

PONTO 5 - ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (EAVVD) “UM NOVO COMEÇO”. - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023. INFORMAÇÃO/PROPOSTA/DEAS/SHSDPC/Nº 81/2024; -----

PONTO 6 - APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS LIDERADAS POR TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU OU INFERIOR; REGULAMENTO DAS COMPETÊNCIAS E DO PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ENQUADRAMENTO LEGAL: DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO AMBAS NA ATUAL REDAÇÃO; LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. PROPOSTA N.º 39/GAPV/2024, -----

PONTO 7 - RELATÓRIO CANAL DE DENÚNCIA – INTERNA/EXTERNA 2023 – MUNICIPIO DE CHAVES; -----

PONTO 8 - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 94/DAG/2024, -----

PONTO 9 - PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR - 2024”. INFORMAÇÃO Nº 25/DEAS-UE/2024; -----

PONTO 10 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, TENDO EM VISTA O RECRUTAMENTO DE 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE GEOGRAFIA; 2 TÉCNICOS SUPERIORES NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL/ CIÊNCIAS SOCIAIS, NO ÂMBITO DA RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, PARA ALOCAR AO PROJETO “RADAR SOCIAL”. PROPOSTA N.º 28/GAPV/2024; -----

PONTO 11 - ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO RESPECTIVO ACOMPANHAMENTO DO PIM “PREPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTAS POR OUTROS



PROCESSOS” DA SOCIEDADE “ISABEL GRILO UNIPESSOAL, LDA.” - INFORMAÇÃO Nº07/DDE/24, DA Eng<sup>a</sup> CLÁUDIA FERREIRA DE 20.02.2024; -----

PONTO 12 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM. PROPOSTA N.º 16/GAPV/2024; -----

PONTO 13 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDEDO. PROPOSTA N.º 37/GAPV/2024; -----

PONTO 14 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMÁRIA DE MOREIRAS”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE MOREIRAS. PROPOSTA Nº 38/GAPV/2024; -----

PONTO 15 - CRIAÇÃO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS DE MOBILIDADE CONDICIONADA – NA ZONA DA ROTUNDA DO MONUMENTO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 1161/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 81/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 08/02/2024; -----

PONTO 16 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO LARGO DA TRINCHEIRA, NA LOCALIDADE DO COUTO, FREGUESIA DE ERVEDEDO, – PROCESSO Nº 70/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 160/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 23/02/2024; -----

PONTO 17 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA FREI JANEIRO, NA LOCALIDADE DA GRANJINHA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, – PROCESSO Nº 109/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 189/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/03/2024; -----

PONTO 18 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DE CABO VERDE NO CRUZAMENTO COM A RUA TIMOR, EM SANTA CRUZ, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, – PROCESSO Nº 128/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 206/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/03/2024; -----

PONTO 19 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO CANTO DO JARDIM, NA MADALENA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, – A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO Nº 169/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 240/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 20/03/2024. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves, -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho e José Carlos Carvalho Fernandes  
Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, e André



Fontoura Faria, Olga Machado Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Maria José Alves Portela, Gilberto Gomes Alves, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira e Maria Ramos Rodrigues. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Fernandes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia), de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, em representação de Santo Estevão – António Manuel da Costa Ramos, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, em representação da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Francisco da Caridade Ginja, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: Luíz Mário Alves Carneiro, pelo PS, Cristina Maria Inocência Imaginário, pelo PS, Manuel Guerra Afonso, pelo PS; Maria Adalgisa P F da Silva Babo, pelo PS, Luiz Mário Alves Carneiro, pelo PS, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo PSD, Michele Alexandra Rodrigues Costa, pelo PSD, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PSD, Anabela Maria Neves Martins, pelo PSD, Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo PSD, António Jorge de Sousa Pinto de Barros e Lara Beatriz Pinheiro de Melo, pelo PS. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: da União de Freguesias de Travancas e Roriz, Antero Luís Ginja e de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira. -----

Faltaram: Grupo Municipal do PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: - de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues. -----

No uso da palavra o senhor Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada e disse: -----

Bom dia, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, aos membros que estão comigo na Mesa, primeiro e segundo Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, às senhoras e aos senhores Deputados Municipais, às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta, ao pessoal de apoio e comunicação social, eventualmente, presente, vamos dar início a esta reunião da Assembleia Municipal, pois penso já existir quórum para darmos início a estes trabalhos. Uma saudação muito especial a todos os membros desta Assembleia e o agradecimento pela participação na última Sessão Evocativa do 25 de abril, só correu da forma como correu graças à participação de todos, ao empenhamento de todos e à forma diferente como cada um dos grupos municipais viu o 25 de abril, é nessa diversidade que nós afirmamos a democracia. Passo a palavra ao 1º Secretário, Anselmo José Martins, para dar conhecimento dos convites, expediente



e pedidos de substituições que entraram no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal até à presente data. -----

O 1º Secretário da Mesa começou por desejar um bom dia a todos os presentes e de seguida procedeu à leitura do expediente entrado no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal. -----

Terminada a leitura o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse: Depois da leitura que foi feita pelo 1º Secretário da Mesa, Anselmo Martins, gostaria de dizer o seguinte: a Assembleia Municipal, normalmente, está presente nestes convites institucionais que nos são dirigidos através do Presidente ou dos Secretários. Falando de convites, quero destacar a nossa presença na cerimónia da comemoração do 50º aniversário do 25 de Abril, na exposição comemorativa do 25 de abril e na cerimónia de reconhecimento dos Autarcas Locais que, de facto, foi uma cerimónia que honrou também o Município, a Câmara Municipal e honrou os próprios Autarcas que em tão grande número apareceram na iniciativa. É nos pequenos gestos que se faz o grande reconhecimento daquilo que as pessoas fizeram pelas suas comunidades. Portanto, o nosso reconhecimento por essa cerimónia que foi de um valor incalculável. -----

### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Seguidamente, iniciou-se o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo sido apresentadas pelo Grupo Municipal do Partido Socialista duas Moções: -----

No uso da palavra, **Isabel Maria Ruivo Seixas Martins**, segunda Secretária da Mesa, disse: -----  
Muito bom dia, começo por cumprimentar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o senhor 1º Secretário retribuindo o cumprimento que me foi feito, também, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vereadora e os senhores Vereadores, os membros desta Assembleia Municipal, incluindo também os nossos Presidentes de Junta, público se estiver presente e comunicação social se presente.

#### **Moção** -----

**“Reiterar a posição da Assembleia Municipal de Chaves relativamente à preocupação em face do nível de resposta dos serviços de saúde do território”** -----

#### *I – Enquadramento* -----

1. *Em coerência com o teor das moções aprovadas em sede de sessão ordinária da Assembleia Municipal do passado dia 27 de setembro de 2023 e 28 de fevereiro de 2024, denominadas “Pela criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso” e “Pela reabertura do Serviço de Internamento de Pediatria. Pelo funcionamento da Urgência Pediátrica durante as 24 horas, 365 dias. Pela abertura do serviço de cuidados intermédios”;* -----

2. *Mantendo como pressupostos a declaração dos direitos da criança, proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de novembro de 1959, que faz referência clara que a criança deve, em todas as circunstâncias, ser das primeiras a beneficiar de proteção e socorro, assim como ao direito inalienável a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos;* -----

3. *Atendendo ao referencial teórico e guia orientador da Carta da Criança Hospitalizada que assinala no 1º dos seus 10 direitos, que o hospital onde a criança é admitida deve ser o mais próximo possível de casa, dando resposta ao estado clínico da criança e atendendo também à situação particular da família;*

4. *Tendo presente os fundamentos que subjazem ao superior interesse da criança e respetivas famílias, conjugado com a necessária manutenção da esperança e segurança da população face aos serviços de saúde da sua área de influência e, por outro lado, conhecendo as condições físicas existentes na nossa unidade hospitalar, a capacidade instalada para prestação de cuidados de excelência, designadamente a equipa de profissionais de saúde especializados;* -----

5. *Compreendendo, incondicionalmente, as dificuldades sentidas pelas famílias, que exigem da parte de todos o esforço necessário para manter acesa a chama solidária e a capacidade de reivindicar o direito de cuidados de saúde de qualidade com tempos de resposta máxima garantida adequados às necessidades humanas básicas específicas da população;* -----

6. *Considerando que o XXIV Governo Constitucional assumiu funções em 2 de abril de 2024, em resultado das últimas eleições legislativas do passado dia 10 de março de 2024, que conduziram à constituição de um novo governo liderado por uma força partidária distinta, importa agora reafirmar a posição deste Órgão Deliberativo sobre a presente matéria.* -----





Destarte: -----  
Em coerência com as razões de facto e argumentos aduzidos nas moções aprovadas na Assembleia municipal de 27 de setembro de 2023 e 28 de fevereiro de 2024, agora resumidas e relevadas nos pontos anteriores, a presente Moção apresentada em sede de Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 30 de abril de 2024, propõe o seguinte: -----

1. Reiterar a posição firmada pela Assembleia Municipal de Chaves relativamente à presente matéria, designadamente reiterar a necessidade premente de reabertura do Serviço de Internamento de Pediatria, assim como o funcionamento da Urgência Pediátrica durante as 24 horas, 365 dias. Reiterar, ainda, a mais valia para a população em geral da abertura do serviço de cuidados intermédios. -----
2. Reiterar, de forma clara e inequívoca, o apoio à criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, assegurando cuidados de proximidade a todos os segmentos de população, protegendo os mais vulneráveis e otimizando os recursos disponíveis, em coerência com os argumentos aduzidos na Moção aprovada no dia 27 de setembro de 2023; -----
3. Enviar, em caso de aprovação, a presente deliberação, bem como os respetivos anexos, à Senhora Ministra da Saúde, ao Senhor Primeiro-ministro, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Saúde, às Direções Parlamentares da Assembleia da República e à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. -----

Anexo: -----  
Moção “Pela criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso” -----  
Moção “Pela reabertura do Serviço de Internamento de Pediatria. Pelo funcionamento da Urgência Pediátrica durante as 24 horas, 365 dias. Pela abertura do serviço de cuidados intermédios”. -----  
Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

**Francisco António Taveira Ferreira**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----  
Bom dia a todos, a minha intervenção é apenas para dizer que o Grupo Municipal do PSD, vai votar favoravelmente esta Moção, porque estamos concordantes, como já se manifestou a favor da última vez que se falou sobre este assunto. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou alguns esclarecimentos. -----

Muito bom dia a todos, um cumprimento muito especial e particular ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, ao senhor primeiro Secretário, à senhora Secretária e, naturalmente, à senhora e aos senhores Vereadores aqui presentes, aos líderes das Bancadas Municipais de diferentes Partidos e Coligações que aqui têm assento, aos senhores Deputados, às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia e das respetivas Uniões de Freguesia, público que, eventualmente, esteja aqui neste espaço e a todos aqueles que dão o apoio técnico para que esta sessão se possa realizar com dignidade. A Moção que hoje nos é trazida aqui, vem na linha daquelas que foram apresentadas em momentos anteriores. O documento sintetiza e congrega a vontade e o sentir desta população e, de facto, demanda a atenção por parte daqueles que têm responsabilidades em matéria de saúde, naturalmente, em primeira linha o Ministério da Saúde, a Direção Executiva e o Conselho de Administração da ULS, que entendemos ser reconfigurada em termos organizacionais. Mas queria dizer, nesta oportunidade, que já enviamos para a senhora Ministra da Saúde, Doutora Ana Paula Martins, logo que assumiu funções, uma missiva não diferente das outras que tinham sido enviadas para os anteriores titulares da pasta, no sentido de reiterar quais são as principais preocupações em matéria de saúde e mais emergentes neste Concelho e que, de alguma forma, também têm um impacto relevante no Alto Tâmega. As questões que foram suscitadas foram, naquilo que aqui também foram trazidas, idênticas, já fomos contactados pelo Gabinete da Senhora Ministra no intuito de nos agendar uma reunião. -----

O que nós queremos evidenciar e fá-lo-emos logo que nos seja agendada a reunião, é dar nota de questões emergentes sobre esta matéria. Primeiro, a questão da urgência pediátrica que nos parece absolutamente essencial, porque sabemos que existem, na nossa opinião, duas intervenções distintas, um reforço das equipas de médicos pediatras na Unidade Hospitalar de Chaves, mas, quiçá, também uma melhor gestão dos especialistas que existem na Unidade Local de Saúde, porque, porventura, com trinta pediatras é possível fazer de forma diferente, fica esta nota, faremos isso de forma incisiva. -----



Depois, queremos também dizer que é fundamental, que é urgente, que é necessário, que se abra aquilo que é o internamento de pediatria, é absolutamente imperioso. Dissemos no passado, dizemo-lo agora e di-lo-emos no futuro, seja a quem for, entendemos e continuaremos a pugnar pela ULS do Alto Tâmega, mais adequada à nossa dimensão territorial, sabendo o que isso significará em termos de investimento e em termos de afirmação e de crescimento relativamente às diferentes respostas de uma Unidade Local de Saúde desta dimensão, sabendo que ela terá que ser, naturalmente, articulada numa linguagem permanente de comunicação com outras unidades de saúde, porque saberemos que terá um perfil distinto de outras. -----

Depois dizer outra coisa, porque isso é urgente. Há quase um ano que se encontra concluído o espaço destinado aos cuidados intermédios e a verdade é que tarda em arrancar, dissemo-lo no passado, no passado foi-nos dito que era necessário fazer um recrutamento muito significativo de recursos humanos, particularmente de enfermeiros, que seriam mais dezasseis, disseram-nos que esse recrutamento não estava inscrito em orçamento em 2023 e que seria inscrito para o orçamento de 2024. Pois bem, o orçamento para 2024 foi aprovado, os orçamentos estão prontos, esperamos que nós possamos ter, de facto, aqui uma resposta adequada para que a cirurgia, nesta Unidade tão importante, possa ganhar outra dimensão e outra expressão, para que possa verdadeiramente acontecer. -----  
Portanto, era isto que nós queríamos expressar e a minha vinda aqui, foi para dar nota atualizada daquilo que estamos a fazer sobre esta matéria e manteremos informada nesta Assembleia. Muito obrigado a todos. -----

**Colocada à votação a MOÇÃO foi aprovada por maioria com cinquenta e oito votos a favor e uma abstenção.** -----

**Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----  
Muito bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, caras e caros Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, comunicação social, trabalhadores, caras e caros Flavienses, bom dia a todos os presentes. -----

**“MOÇÃO PELA ELIMINAÇÃO DAS PORTAGENS NAS EX-SCUT”** -----

**I – ENQUADRAMENTO** -----

*O conceito de portagem SCUT ou portagem sem custos para o utilizador foi introduzido em Portugal, em 1997, durante o Governo de António Guterres, sendo um modelo de financiamento de autoestradas e vias rápidas baseado no modelo britânico das Shadow Toll.* -----

*Em 2011, na sequência de negociações para aprovação do Orçamento do Estado para esse ano, foi alterado o modelo e foi estabelecida a cobrança de taxas de portagem nas autoestradas do Algarve, Beira Interior, Beira Litoral/Beira Alta e Interior Norte, como forma de financiamento das infraestruturas e resposta a problemas orçamentais.* -----

*A existência de portagens nas ex-Scut foi ao longo dos tempos contestada pelos cidadãos e pelas empresas, reivindicando a sua abolição, atendendo ao impacto do custo na mobilidade e na competitividade das regiões do interior abrangidas.* -----

*A redução progressiva das taxas de portagem foi sempre um compromisso do Partido Socialista, na perspetiva da coesão territorial, reduzindo encargos de quem não tem alternativa e propiciando o acesso a bens e serviços essenciais, designadamente nas ex-SCUT do Interior.* -----

*Em função da evolução das concessões, nos últimos anos foi sendo efetuado descontos às taxas de portagem, tendo sido possível em 1 de janeiro de 2024 diminuir o valor das mesmas em 65% face aos valores que existiam em 2011.* -----

*Neste momento, estão reunidas as condições orçamentais e contratuais relativamente às concessões para ser aprovada a eliminação total das taxas das portagens nestas autoestradas, razão pela qual o Partido Socialista apresentou na Assembleia da República um projeto de lei para a abolição das portagens nas ex-SCUT.* -----

*A eliminação destas taxas de portagem é uma medida justa, possível neste momento, e garante uma discriminação positiva justificada para promover equidade e coesão territorial.* -----

*Todos sabemos que não existem aqui vias que possam constituir alternativa de qualidade e que não há transportes coletivos que possam constituir uma boa alternativa ao transporte individual.* -----



As famílias e as empresas têm direito a aceder a bens e serviços essenciais e as autoestradas no interior são condição para este acesso em condições de segurança e de rapidez. -----

As portagens são, por isto, um custo de contexto que, neste momento, é possível eliminar. -----

É entendimento da Assembleia Municipal de Chaves que a aplicação dos princípios da universalidade e da igualdade, deverão ter sempre um carácter universal e abstrato, isto é, deve ser sempre aplicado a todos os portugueses e não discriminar negativamente os portugueses que vivem no interior do país, como se tem verificado com o pagamento de portagens na A24. -----

**II – CONSIDERANDOS** -----

• Considerando o atraso de décadas na concretização do IP3/A24; -----

• Considerando que esta via não tem alternativa de qualidade satisfatória que possa servir dignamente as populações desta região; -----

• Considerando que na semana passada, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República deu entrada de um Projeto de Lei que propõe eliminar as taxas de portagem nos lanços e sublanços das autoestradas do Interior (ex-SCUT) ou onde não existam vias alternativas que permitam um uso em qualidade e segurança. -----

• Considerando que, sendo uma medida estratégica para Chaves, para os cidadãos, para as empresas e decisiva para o desenvolvimento do Alto Tâmega e Barroso, a Assembleia Municipal de Chaves deve defender, lutar e desenvolver todas as iniciativas possíveis para que seja aprovada esta proposta do Partido Socialista, que deu entrada na Assembleia da República. -----

**III – PROPOSTA** -----

Face ao exposto, em nome do princípio da coesão territorial, social e nacional, a Assembleia Municipal de Chaves reunida em 30 de abril de 2024, delibera o seguinte: -----

1 - Solicitar aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República que se unam na aprovação deste projeto de lei de eliminação das taxas das portagens nas ex-SCUT, a bem de Chaves e intercedam junto do Governo no sentido de que este proceda à recolocação da A24 como uma via sem custos para o utilizador (total isenção do pagamento de portagens) na A24; -----

2 - Solicitar aos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso e da Comunidade Intermunicipal do Douro, a adesão, participação e apoio à presente proposta, através de deliberação favorável dos respetivos órgãos executivos e deliberativos; -----

3 – Enviar esta deliberação ao Exmo. Senhor Presidente da República, ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Exmo. Senhor Primeiro-ministro, ao Exmo. Senhor Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, ao Exmo. Senhor Ministro das Finanças, Exmo. Senhor Ministro da Economia e ao Exmo. Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas. -----

Assembleia Municipal de Chaves em 30 de abril de 2024 -----

O Grupo Municipal do PS” -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

**Francisco António Taveira Ferreira**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Apenas para dizer que concordamos com os pressupostos aqui expostos, o Grupo Municipal do PSD vai votar a favor. -----

**Colocada à votação a MOÇÃO foi aprovada por unanimidade.** -----

Ainda neste período de Antes da Ordem do Dia, registaram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

**Francisco António Taveira Ferreira**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

“Saúdo o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores eleitos Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores colaboradores da Assembleia, da Comunicação Social, Autoridades, Entidades e demais pessoas presentes. -----

A Comissão Comemorativa do 50º aniversário do 25 Abril publicou em Abril2024, uma sondagem elaborada por ICS/ISCTE, onde 50% dos inquiridos escolheram que Portugal está igual ou pior do que antes do 25 Abril de 1974, em resumo: -----

- **Corrupção, criminalidade e segurança, dois terços dizem estar pior.** -----



- Saúde, nível de vida, Segurança Social, Economia, Ambiente, civismo, mais de dois terços escolhem estar melhor. -----

- Será mesmo assim? Vejamos índices objetivos. -----

Da Pordata, Índices dos últimos 50 anos (compara 1974 com 2022, euros). -----

Índice	Em 1974	Em 2022	Variação
Pib percapita	9.843	20.217	+105%
Salário mínimo	629	820	30%
Idade > 65 anos	855.780	2.484.783	3X
Pensão média	146	520	+ 2.5 X
Médicos	8.156	60.396	> 7 X
Mort. Infantil <1ano	37.9 %	2.6 %	Histórico
Analfabetos	1.795.210	292.809	- 84%
Ensino Sup	81.582	446.028	+ 5 X
Casas sem água	53%	0.6%	+ Enorme
Km Auto-estrada	66	3.115	Brutal

A Marktest publicou um estudo sobre o poder de compra em Portugal. -----

Sete concelhos de Portugal continental, ocupam 1% do território e abarcam mais de 25% do poder de compra. Vinte e seis concelhos em 278, isto é 9.4%, ocupam 6% da área do país, 48% população, 28% das casas para habitação, 44% das dependências bancárias, 48% do uso do multibanco, 46% dos estabelecimentos comerciais, 60% dos automóveis, 44% do consumo de electricidade, 69% dos médicos, 51% das empresas nacionais. -----

Como foi a evolução em 50 anos? (Compara 1960 com 2021) - Marktest. -----

Índices positivos, (melhoria da qualidade de vida): -----

- A população residente passou de 8.89 milhões para 10.34 milhões, mais 16%. -----

- Envelhecimento, os idosos passou, de 27.2 para 182.10/ 100 jovens. -----

- Educação, ensino superior de 10.9% para 24%, mais que duplicou. -----

- Emprego- agricultura/pescas- 43.6% - 2.9% e serviços- 27.5% - 72.3%. -----

- Índices indicam uma clara evolução positiva, abril foi cumprido. -----

Índices negativos: -----

- Desigualdade de ganho, desigualdade na distribuição de riqueza. -----

- Má distribuição da população no território com despovoamento no interior. -----

Desafios sociais nas últimas cinco décadas em Portugal: -----

- Envelhecimento populacional, (182 idosos/100 jovens) e Índice de fecundidade 1.4 filhos por mulher, (mínimo para reposição populacional é de 2.1). -----

- Endividamento/custo da dívida, subiu até 133% do PIB. -----

- Baixa produtividade, Portugal, euros 23/hora (média EU-41, PIB 77% da UE). -----

- Nível escolaridade, apenas 52% dos portugueses (25-64 a) tem ensino secundário completo (EU-78%). -----

Mais de metade dos empregadores não frequentou o ensino secundário nem superior. -----

- Envelhecimento do corpo docente: - Só 1.1% dos professores tem menos de 35 anos e 53% tem mais de 50 anos. -----

- Desigualdade económica e social: - Desemprego jovem é de 23% -----

- A taxa de pobreza é 18.4% em 2020, 2 milhões a viver em situação de pobreza/ risco- (A MAIOR DERROTA DO 25 ABRIL). -----

Desafios futuros sérios: -----

- Inflação e geopolítica/conflitos médio oriente e Ucrânia (impacto na economia). -----

- Baixa produtividade em Portugal. -----

- Desemprego e Dívida Pública. -----

- Baixa diversificação da economia- investimentos e inovação. -----

- Transição Digital e Sustentabilidade- digitalizar a economia e inovar na economia, na educação e na energia limpa. -----

São Riscos a avaliar pelos políticos em Portugal: -----

- Instabilidade política actual após eleições legislativas de Março de 2024 -----





- Aumento de população Estrangeira residente em Portugal, temos record de cerca de 700.000 de nacionalidades diversas- Brasil, 184 mil imigrantes, Reino Unido, 46 mil imigrantes Cabo Verde 37 mil. Roménia, 30.000. Ucrânia- 29.000. Estes contribuem agora para o equilíbrio populacional, social e já são factores de sustentabilidade da segurança Social, contribuindo para a riqueza cultural e social de Portugal.

- A UE desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar dos cidadãos portugueses, na estabilidade política e no desenvolvimento sustentável. -----

- Despovoamento do interior- declínio populacional e económico. Ciclo infernal do despovoamento. -----

Consequências: -----

- Envelhecimento da população residente. -----

- Descuido paisagem- riscos de incêndio. -----

- Degradação património cultural- baixo investimento. -----

- Encerram escolas, baixa escolaridade para crianças e juventude, futuro comprometido. -----

- Isolamento social, piores idosos, famílias partem e deixam os mais velhos sozinhos. -----

- Baixa oportunidade de cuidados e de vida saudável. -----

Mensagem política: -----

- O Despovoamento do interior é um desafio complexo que requer políticas específicas e investimentos para contrariar tendência só solucionável com políticas de discriminação positiva, exigindo ação coletiva e estratégias para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de todos os cidadãos em todo o território.

- Dr. Albino Aroso (Secretário de Estado) – Elaborou um plano em saúde materno-infantil, escolheu 18 hospitais incluindo Chaves e abriu concurso para Obstetrícia, Pediatria e Anestesia. Esta decisão teve impacto muito positivo no hospital, no acesso aos cuidados e à melhoria dos níveis de saúde da população servida. -----

- A segurança e a justiça são bens públicos tão importantes como a saúde, a educação e as forças armadas, devendo ser tratadas como investimento. A autoridade pública e os agentes da autoridade são garantia de desenvolvimento Social e económico pois promovem a aquisição de bens de qualidade, fomentam o turismo, evidenciam a educação, promovem a saúde e por isso são pilar de desenvolvimento Social, económico e Humano. -----

- Dou nota: -----

- O 25 de Abril foi uma oportunidade sem igual na História de Portugal, permitiu um salto na qualidade de vida do povo português. -----

- Como disse muito recentemente Ramalho Eanes em entrevista à SIC, cito” Há uma data fundadora da democracia, o 25 Abril e uma data de reposição dessa democracia, o 25 de Novembro. Separar estas datas é um erro histórico. É importante que os Portugueses se debrucem sobre o que se conseguiu com o 25 abril, mas é mais importante que os Portugueses definam o que querem que venha a ser o seu País.” Citei. -----

O futuro próximo são as Eleições Europeias de 09 de Junho de 2024 (estas são notas enviadas pelo Líder parlamentar do PSD, Eng.º Carmona Rodrigues, ausente por problemas pessoais). -----

O município de Chaves, (e toda a CIMATB) tem beneficiado significativamente da União Europeia (UE) através de vários programas e iniciativas. Algumas formas específicas pelas quais Chaves e a região circundante têm aproveitado os fundos e as políticas da UE incluem: -----

Investimentos em Infraestrutura: A UE tem financiado projetos de infraestrutura na região de Chaves, como estradas, pontes, redes de abastecimento de água e saneamento básico. Estes investimentos são fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos residentes locais, facilitar o acesso a serviços essenciais e promover o desenvolvimento económico. -----

Desenvolvimento Rural: Chaves está localizada numa área predominantemente rural, e a UE tem programas específicos para apoiar o desenvolvimento agrícola e rural. Isso inclui subsídios para agricultores, apoio à diversificação económica, conservação do ambiente rural e preservação do património cultural. -----

Turismo e Património Cultural: A UE tem apoiado iniciativas de promoção do turismo e preservação do património cultural em Chaves e na região envolvente. Isso inclui investimentos em museus, centros de interpretação, eventos culturais e revitalização de áreas históricas, contribuindo assim para o desenvolvimento económico através do turismo sustentável. -----

Formação e Emprego: Através de programas de formação profissional e apoio ao emprego, a UE tem ajudado os residentes de Chaves a adquirir competências relevantes para o mercado de trabalho e a



encontrar oportunidades de emprego. Isso é importante para combater o desemprego e promover a inclusão social na região. -----

Apoio às (PMEs), que desempenham um papel crucial na economia de Chaves e da região circundante. A UE tem disponibilizado financiamento e assistência técnica para ajudar as PME's a crescer, inovar e internacionalizar, contribuindo assim para o desenvolvimento económico local e a criação de empregos. Estes são apenas alguns exemplos de como Chaves e a região têm beneficiado da presença de Portugal na União Europeia. Os fundos e políticas da UE têm desempenhado um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento económico, social e cultural de Chaves, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e promover a sua sustentabilidade a longo prazo. -----

Os principais objetivos da (UE) para os próximos anos podem variar dependendo das prioridades e desafios atuais enfrentados pela UE. No entanto, alguns objetivos recorrentes incluem: -----

1 - Recuperação Económica: A UE tem como objetivo promover o crescimento económico sustentável e a recuperação após a crise económica causada pela pandemia de COVID-19. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura, inovação e programas de estímulo económico. -----

2 - Transformação Digital: A UE está comprometida em promover a transformação digital em toda a Europa, incluindo a expansão da infraestrutura de banda larga, o desenvolvimento de tecnologias digitais inovadoras e a garantia de que os cidadãos tenham acesso igualitário às oportunidades oferecidas pela economia digital. -----

3 - Transição Energética e Ambiental: A UE está focada em alcançar suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e promover a transição para uma economia de baixo carbono. Isso envolve investimentos em energias renováveis, eficiência energética e medidas para combater as mudanças climáticas. -----

4 - Refugiados e Migração: A gestão da migração e dos refugiados continua sendo uma prioridade para a UE, buscando abordagens humanitárias e sustentáveis para lidar com o fluxo de pessoas que buscam proteção na Europa. -----

5 - Fortalecimento da Cooperação e Coesão Interna: A UE busca fortalecer a cooperação entre os Estados membros e promover a coesão interna, reduzindo disparidades económicas e sociais entre as regiões. -----

6 - Segurança e Defesa: A UE está trabalhando para fortalecer sua capacidade de segurança e defesa, tanto internamente, garantindo a segurança dos cidadãos europeus, quanto externamente, através de parcerias e cooperação com outros atores internacionais. -----

Algumas destas áreas são da maior importância, destacando a Recuperação Económica, a Transformação Digital e a Transição Energética e Ambiental. -----

Confesso que sou um adepto da União Europeia, pese embora entender que há ainda um percurso para aperfeiçoar muitas áreas de atuação política. -----

Uma das organizações de grande importância na UE é o Comité das Regiões (CdR) que é uma instituição da União Europeia que representa as autoridades regionais e locais dos Estados-Membros (329 membros). Os membros do CdR são designados pelos Estados-Membros e não diretamente eleitos. Portugal nomeia membros para o CdR com base nas suas regiões e autoridades locais. Os actuais são, Madeira, Açores, Lousã, São Brás de Alportel, Sintra, Aveiro, Braga, Póvoa do Varzim, Mafra, Almeirim, Sernancelhe, Tabuaço, Portimão, Tomar, Sines, Lagoa, Faro, Vendas Novas, Leiria, Pombal e Valongo. (dos 18 distritos, Vila Real não está presente). -----

Atualmente, há 21 deputados ao Parlamento Europeu eleitos por Portugal para a nona legislatura (2019-2024) e o Parlamento Europeu é composto por 705 eurodeputados. -----

As eleições europeias são importantes para o desenvolvimento regional do Alto Tâmega por várias razões:

- Acesso a Fundos Europeus: A União Europeia disponibiliza uma série de fundos e programas para o desenvolvimento regional, incluindo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Coesão. Através das eleições europeias, os representantes eleitos têm a capacidade de influenciar as políticas e os investimentos da UE, garantindo assim que regiões como o Alto Tâmega tenham acesso a recursos financeiros para desenvolvimento de infraestrutura, educação, saúde, inovação e outros setores-chave. -----

- Defesa de Interesses Regionais: Os eurodeputados eleitos pelo Alto Tâmega têm a responsabilidade de representar os interesses da região no Parlamento Europeu. Eles podem defender questões específicas



que afetam diretamente o desenvolvimento regional, como investimentos em energias renováveis, apoio à agricultura local, infraestrutura de transporte e digitalização. -----

- *Participação em Redes Europeias: Através do envolvimento nas instituições da UE, os representantes eleitos do Alto Tâmega podem estabelecer conexões e parcerias com outras regiões europeias, facilitando a partilha de boas práticas, o intercâmbio de conhecimento e a colaboração em projetos comuns. Isso pode impulsionar o desenvolvimento regional ao promover o turismo, o comércio e a cooperação económica.* -----

- *Influência nas Políticas da UE: As decisões tomadas no âmbito da União Europeia têm um impacto significativo nas políticas nacionais e regionais. Através das eleições europeias, os eleitores do Alto Tâmega têm a oportunidade de escolher representantes que defendam políticas que promovam o crescimento económico sustentável, a coesão social e o desenvolvimento equilibrado das regiões.* -----

- *Em resumo, as eleições europeias são fundamentais para o desenvolvimento regional do Alto Tâmega, pois permitem que os cidadãos exerçam o seu direito democrático de escolher representantes que defendam os interesses da região a nível europeu e influenciem as políticas e os investimentos da UE.*

*Ninguém pode ficar alheado ao futuro e estes assuntos. É por isso que votar nas próximas eleições europeias é tão importante!* -----

*Viva Chaves, Viva "O 25 Abril". Viva Portugal.* -----

*Chaves, 30.04.2024, Assembleia Municipal.* -----

**Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Novamente, bom dia excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal em vossas excelências renovo os cumprimentos a todas e a todos. Evocamos Abril, celebramos meio século do 25 de Abril e no Concelho de Chaves comemoraram-se estes 50 anos do 25 de Abril, a nosso ver, de forma ímpar, com um programa diversificado, intenso e pleno de atividades. Honrámos os Portugueses e honrámos os Flavienses, honrámos sobretudo aqueles em que, segundo o mesmo estudo ainda há pouco aqui citado, mas do qual obviamente cada um retira as ilações que mais lhe apraz, eu retirei aquela que diz que para dois em cada três Portugueses, para 65% dos Portugueses, para mais de 2/3 dos Portugueses, o 25 de Abril de 1974 é a data mais importante da nossa história. E honrámo-lo em Chaves, e honrámo-lo das mais diversas formas, desde logo, do ponto de vista político, com uma cerimónia que o senhor Presidente da Assembleia Municipal já aqui destacou, mas que gostava também, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, de destacar e saudar o Município, o Executivo Municipal, precisamente pela iniciativa que, em boa hora, teve de homenagear os nossos anteriores e atuais Presidentes de Junta. -----

Talvez nem todos tenham presente que a consagração do poder local democrático é, provavelmente, uma das nossas mais significativas e inestimáveis conquistas de Abril, foi consagrado, não no imediato 25 de abril de 1974, mas sim a 2 de abril de 1976 com a aprovação desse documento tão fundamental e tantas vezes tão maltratado que se chama Constituição da República Portuguesa. Em boa hora se homenagearam estes que têm sido os obreiros nestas décadas, neste meio século, os obreiros da grande melhoria das condições de vida de todos nós, aqueles que estão mais próximos das populações, aqueles que ao longo dos tempos foram levando não só às cidades e às vilas, mas sobretudo às áreas mais remotas dos centros de poder, aquilo que são as condições mais básicas de vida e que não existiam antes de abril de 1974, desde saneamento, a luz elétrica, assistência da mais diversa forma, médica e social, ou seja, tudo aquilo que, no fundo, nos constitui como seres humanos iguais em dignidade e direitos, que era algo que também não tínhamos antes de abril de 1974. -----

É assim que se honra o poder local democrático e a nós eleitos locais deste poder democrático competenos honrar as escolhas que o povo Flaviense consagra em eleições, mas nunca olvidando que a nossa missão é de continuar, é de prosseguir políticas que garantam o crescimento demográfico, sociocultural e económico. Outra cerimónia que, do ponto de vista cívico e político, também merece destaque, e devo dizer que não existia no Concelho de Chaves, apenas passou a consagrar-se a partir de 2018, é precisamente a Sessão Solene deste nosso Órgão, uma Sessão Solene da Assembleia Municipal, evocativa do 25 de Abril, que temos no nosso Concelho desde 2018, tendo apenas sido interrompida nos dois anos da pandemia e que este ano, permitam-me também que o diga, com duas novidades que nos devem orgulhar e que, em meu entender, às quais devemos dar continuidade, a primeira é o que fizemos fora de portas, fizemos esta Assembleia Municipal evocativa do 25 de Abril, onde ele se viveu e onde ele





se consolidou, ou seja, na rua com o povo e para o povo, depois por aquilo que foram, obviamente, as magníficas intervenções do senhor Presidente da Assembleia Municipal, do senhor Presidente da Câmara, responsáveis e representantes máximos do nosso Concelho, mas também de cada um dos representantes dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal, consagrando também naquilo que é a tónica do pluralismo e da importância do pluralismo e da diferença de opiniões em democracia. Mas, dizia eu, sem desprimor por nenhuma destas intervenções, saudar as jovens e saudar quem as convidou a esta iniciativa, foi enviado convite a cada um dos três Agrupamentos de Escolas para enviar um representante, no caso, e será também sinal dos tempos e de meio século de conquistas, porque as conquistas foram sociais, mas foram também de género, foram três jovens meninas menores de idade que nos deixaram mensagens de força, mensagens de presente, um abanão nas nossas consciências, mas, sobretudo, a esperança de um futuro promissor e da continuidade de abril e do espírito revolucionário e democrático desta nossa data. Portanto, bem-haja, bem-haja à Assembleia Municipal, bem-haja senhor Presidente da Assembleia Municipal por esta excelente ideia, esta excelente iniciativa de associar a juventude e os jovens a estas celebrações e designadamente a este momento, a este evento político e a este nosso órgão. -----

É importante apelar e sensibilizar toda a Comunidade que celebrar abril é elevar a política à sua nobre necessidade e que nós, cidadãos profissionais, mas também políticos, porque eleitos políticos não somos melhores, mas também não somos piores que ninguém, nem que os outros cidadãos. A política é essencial à vida democrática e, obviamente, não se esgota nos partidos, mas também não há democracia sem partidos políticos e é importante que esta mensagem, como dizia, se vá transmitindo às gerações futuras, mas transmitindo também a ideia de que o combate político se faz com princípios, com elevação, com respeito pela opinião do outro, com discussão, com debate, é certo, mas com uma discussão e um debate que agreguem, que entusiasmem e que chamem também os jovens para a participação cívica e política. -----

Cumprir Abril é abraçarmos os desafios para os quais estamos convocados, mas exigindo sempre de nós próprios e dos outros uma atitude séria, elevada e responsável. Mais do que estas iniciativas, não posso deixar também de destacar e salientar que durante todo um mês, durante mais de trinta dias, as celebrações se fizeram não só com estes eventos de carácter político, mas, mais importante, contemplaram momentos solenes como estes, mas em simbiose com momentos desportivos, com momentos culturais transformando a nossa cidade numa urbe com vida, com gente, com movimento, com uma verdadeira festa, como dizia há pouco, do povo e para o povo, consagrando assim também uma importante conquista de Abril que, obviamente, é de expressão artística, de livre pensamento e de respeito pela cultura, outro importante direito que não se encontrava consagrado e que nos estava vedado antes do 25 de Abril, decorreram concertos, peças de teatro, espectáculos de música, de dança, com artistas e profissionais, sobretudo locais, gente da nossa terra. Participaram muitos flavienses na corrida da liberdade, celebrámos Abril com honra, evocámos Abril com orgulho, é com muita satisfação que o digo, Chaves está de parabéns, o Município de Chaves está de parabéns, o Concelho de Chaves é cada vez mais, também, um Concelho de Abril, de liberdade, de poesia, de cultura, de alegria e estamos comprometidos com o trabalho e com dedicação para, inegavelmente, dar a continuidade do sucesso destas celebrações para o que há-de vir. -----

Uma nota final para salientar o envolvimento de muitíssimas colectividades, de muitíssimas associações, de variadíssimas escolas que se envolveram não só nas celebrações oficiais, mas também em cada um dos seus locais tiveram as suas próprias celebrações e assim assinalaram esta grande efeméride, educando e contribuindo também para o futuro da democracia, levando esta importante mensagem às novas gerações, a todas e a todos, muito obrigada, é muito gratificante e promissor ver toda a comunidade flaviense envolvida e em alegria a celebrar os cinquenta anos do 25 de Abril, fica a certeza de que não voltaremos atrás. Viva a democracia. -----

**Manuel Justino Matos Cunha**, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal, bom dia, senhor Presidente da Câmara e na vossa pessoa um cumprimento a todos os presentes. Eu acho que é justa uma palavra de apoio, de reconhecimento a todas as iniciativas que Autarquia teve nas comemorações do 25 de abril, quer as organizadas diretamente, quer as dinamizadas, penso que a Autarquia, a Câmara estiveram ao nível do que se esperava das comemorações do 25 de abril. -----





O 25 de abril é isto, não se pode comparar com mais nada, a ver, a grandiosidade das manifestações em Lisboa e no Porto o 25 de abril, desagua no 1º de maio. Porque a revolução é feita para dar direitos aos que trabalham, para dar dignidade, para dar igualdade, dignificar o Estado, o Estado que era fascista e, que era um Estado corrupto, profundamente corrupto. -----

Fazia leis para favorecer os ricos, os Champalimaud, os Melos, os Salgados, os Espíritos Santos, todos esses não era preciso violar a lei, a corrupção estava na lei. Depois tivemos a construção de um Estado, ao serviço das populações, um Estado que assegura a igualdade no acesso à saúde, uma saúde de proximidade e de qualidade, um Estado que assegura o acesso à educação, um Estado que assegura o direito à greve, um Estado que assegura o direito a legislação do trabalho favorável. Essa legislação, que nos últimos anos, tem recuado e, por isso é tão importante, o 1º de maio e foi em 1974 as grandes manifestações do 1º de maio, que também houve em Chaves, uma grandiosa manifestação, há um trabalho notável da RTP sobre isso. -----

Mas a grande manifestação de Lisboa, do Porto de Coimbra, que empurra a revolução, não no sentido de um simples golpe de Estado e de uma maquilhagem do regime, mas no sentido de uma revolução ao serviço das pessoas e, uma revolução que em muitos aspetos se cumpriu, que está consagrada na Constituição, uma Constituição que ainda hoje é das Constituições mais avançadas do mundo. Cumprissem os Governos o que está na Constituição e viveríamos num país mais igual, mais justo, com menos desigualdade social, com menos desigualdade entre o interior e o litoral, com melhor acesso à saúde, com melhor acesso à educação, está na Constituição, a defesa e a consagração do direito dos Portugueses. -----

Em relação ao que se tem passado na saúde, a situação mudando agora o chip, mas não o essencial, a situação do Hospital de Chaves é muito grave, estamos a falar que não há recursos e que apenas faltam enfermeiros para os cuidados intermédios, faltam médicos para assegurar os internamentos. Como é que a medicina vai abrir os cuidados intermédios? Existem dificuldades em assegurar as necessidades e nº de utentes/camas que existem actualmente, a escala de urgência de cirurgia está em risco, a escala de urgência de ortopedia está em risco, a viabilidade do Hospital de Chaves, aquilo que nós aqui denunciámos ao longo de anos está agora a esboroar-se. -----

É importante que mais do que estarmos focados numa situação que não é solução para nada, tenham a coragem de entender isso, o defender da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, não vai resolver nenhum dos problemas, não tem dimensão, não tem articulação, não é a solução. A solução é reforçar os profissionais, é pagar bem aos enfermeiros, é pagar bem aos médicos, é reforçar os investimentos. Quando nós alertamos que os investimentos nas infraestruturas eram importantes e são importantes, mas é importante o investimento em recursos humanos, tudo o que está no texto da Moção na qual a CDU se absteve, nós subscrevemos, excepto o foco na Unidade Local de Saúde. Agora por o foco nos profissionais e no risco grave que o Hospital de Chaves tem neste momento é uma questão essencial que nos deve unir a todos. Muito obrigado. -----

**João Luís Gonçalves Rodrigues**, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhora Secretária, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos senhores Vereadores, excelentíssima senhora Vereadora, senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhora e senhores do secretariado da logística, Comunicação Social aqui presente, público aqui presente. -----

Senhor Presidente, também estou de acordo com aquilo que foi dito pelos anteriores Deputados que falaram, sobre o 25 de abril, participei e verifiquei que realmente foi um encontro, recuperando o 25 de abril, que saúdo porque assistindo às atividades comemorativas culturais se realce que realmente que Chaves está em movimento da parte cultural. Também queria dar os parabéns aos senhores Representantes de cada Partido pelos belos discursos que fizeram no dia das comemorações, as minhas questões são as seguintes: Para quando a execução do projeto aprovado em concurso de ideias sobre o Km0? Chaves/Faro EN1, estrada deslumbrante de paisagem e classificada como a mais longa de Portugal. -----

Existe algum projeto para embelezar o tanque com repuxo na rotunda do E. LECREC? Alerta que já tinha feito nas minhas intervenções em 2024. Em fevereiro de 2024, saiu um artigo no jornal Chaves, uma entrevista dada pelo senhor Presidente onde li: *“Após 37 anos o antigo Cine teatro seria reclassificado*



em: Pavilhão multiusos, auditório com trezentos/quatrocentos lugares, para as várias atividades criativas e culturais, mil e quinhentos lugares para outros eventos, que não carecem de cadeiras de auditório. se retirarem as cadeiras, portanto, tem uma capacidade para assistirem cerca de mil e quinhentas pessoas. Considerando que as obras, foram iniciadas em 2020 ou 2021, pergunto se há data para a abertura e o que vai mais lá ser instalado? -----

Os Flavienses herdaram do anterior Executivo o Museu das Termas Romanas, foram realizadas obras por este Executivo, complementares, nomeadamente a instalação do AVAC natural, a fim de evitar condensação, assim como o revestimento da tela para isolar as humidades na cobertura principal, para quando a retirada dos painéis que circundam as mesmas? Para quando está prevista a conclusão, dando mais dignidade às Termas Romanas consideradas património nacional? -----

Em abril a Comissão Política do PSD, fez uma visita às mesmas instalações e foram alertados para as condições, nomeadamente infiltrações de águas nas coberturas e as condições existentes. Pergunto se há alguma obra prevista, para reparação? A PSP realizou em Chaves o dia da Unidade com a presença do Comando Nacional da PSP nas cerimónias foi atribuído ao senhor Presidente, a medalha do grau de ouro, com reconhecimento e bom relacionamento, entre esta Câmara e a PSP, pergunto, estão previstas algumas obras de beneficiação na PSP, se as mesmas pertencem à Câmara ou se as mesmas pertencem à Administração Interna? Está em curso uma melhoria do pavimento da estrada Chaves Montalegre, sentido São Caetano, pergunto, estão previstos passeios nas margens da mesma estrada? É uma estrada muito frequentada por peregrinos durante o ano, é importante que possam seguir com mais segurança. Se assim o reconhecerem, proponho à excelentíssima Câmara para que utilize aquelas áreas de estrada que existem para os caminheiros, evitando assim ter que fazer a estrada com menos segurança. -----

Tive conhecimento porque ouvi do senhor Presidente, pessoalmente, na reunião de Câmara, onde estive presente no dia 26 do corrente mês que a obra rondará os 3 milhões de euros suportados pela Câmara ou com financiamento da Comunidade Europeia. -----

Em reunião de Câmara realizada no dia 26 do corrente mês, onde estive presente, estive como cidadão e não como Deputado, a fim de ouvir a versão do PDM. Na minha opinião é preocupante, a APA, faz exigências preocupantes. Nas zonas das margens do Rio Tâmega, que podem ser alagadas quando o Tâmega transborda. Pergunto vai ser feita consulta pública durante 30 dias, e quando? Podem os lesados com as novas disposições da APA reclamar? Deixo à consideração do senhor Presidente se pode dar explicações sobre aquilo que acabei de citar. -----

Uma outra obra, que também gostaria de lhe perguntar é se a piscina municipal tem já, projeto aprovado e para quando a execução da mesma? Se tem financiamento, Europeu ou se é do orçamento da própria Autarquia? -----

Senhor Presidente, em resposta, aquilo que é exposto, utiliza o senhor Presidente, a tática casa da sorte, vou-lhe explicar porque: normalmente, quando se faz uma extração de uma lotaria, diz-se o número do prémio, depois a quantia que é atribuído a este prémio e este prémio diz: Prémio 10/2017, projeto está aqui, depois inverte a folha e diz, votos feitos nada quer dizer, o senhor Presidente apresenta o projeto e depois não sei se posso aplicar a palavra gozar com quem trabalha. Muito obrigado. -----

Encerrou este período de Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Bom dia, renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia, aos distintos membros da mesma, primeiro e segundo Secretários e à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores, Líderes das Bancadas dos diferentes Grupos Municipais, aos senhores Deputados Municipais, aos distintos Autarcas de Freguesia aqui presentes e a todos aqueles que se encontram neste espaço para poderem acompanhar os trabalhos desta Sessão da Assembleia Municipal que, como sabem, é o Órgão mais importante do Município de Chaves. -----

Queria fazer algumas considerações sobre algumas das intervenções que aqui foram feitas sempre numa perspetiva de liberdade e diversidade de opinião, porque o 25 de Abril já aconteceu e nós acreditamos muito no 25 de Abril, e acreditamos muito na liberdade de expressão e somos verdadeiramente convictos que este direito fundamental conquistado em Abril, permite-nos sempre, com respeito pelas posições dos demais, fazer formulações distintas. Queria começar por saudar o senhor membro desta Assembleia Municipal, Doutor Francisco Taveira, do PSD, que fez aqui uma intervenção similar à intervenção que já tinha feito na Sessão Evocativa do 25 de Abril, dando aqui algumas informações de alguns indicadores



de desenvolvimento económico, social e cultural publicados pela Pordata. Houve um conjunto de entidades que fizeram trabalhos sobre esta matéria, mas a conclusão a que podemos chegar, lendo toda a panóplia de informação coligida, é que toda aquela informação relacionada com a perceção, ela é errónea, porque, verdadeiramente, quando nós pedimos às pessoas que se expressem sobre aquilo que é a sua opinião, a mesma depende de um conjunto de circunstâncias, de contextos, de vivências e, portanto, sabemos que, nalguns casos, expressam opiniões que nada têm a ver com a realidade e que os indicadores que existem, conduzem-nos para outra conclusão. -----

Penso que esses estudos têm muita informação sobre isto, de qualquer das formas, queria notar que, indiscutivelmente, o 25 de Abril trouxe ganhos absolutamente relevantes, nas várias dimensões em que a liberdade se expressa: a individual; a coletiva; a de escrita; a de expressão; a de reunião; a da participação, ou seja, todas essas dimensões da liberdade e dizer que também em termos económicos, também em termos culturais, em termos sociais houve uma grande evolução. -----

Eu não concordo com aqueles que dizem, e não houve ninguém aqui que o fizesse, que mesmo não acontecendo o 25 de Abril, Portugal estaria hoje mais desenvolvido do que estava à data, é verdade, seria uma evolução natural, porque se nós compararmos os indicadores económicos e os demais no início do período do Estado Novo com aquele em que terminou, enfim, de facto, houve evolução económica. Ainda assim, entendo que essa transformação foi muito mais intensa, sobretudo foi mais equitativa, foi mais igualitária, ainda que tenhamos um longo caminho por percorrer no sentido de concretizarmos verdadeiramente a igualdade, porque essa igualdade, nas dimensões individuais, coletivas, territoriais e outras, estão se encontram ainda totalmente concretizadas e, portanto, temos que continuar a pugnar pela concretização dessa conquista maior que foi a liberdade. -----

Mas, ainda assim, dizer que os dados que hoje encontramos, dão satisfação, dão-nos muito satisfação e permitam-me que, não fazendo muitas considerações sobre a iniciativa do 25 de abril, porque muitos dos mesmos estivemos na Sessão Evocativa do 25 de Abril, tivemos a oportunidade de partilhar algumas das nossas visões, das nossas opiniões, elas, no essencial, coincidem sobre quais foram as grandes premissas, sobretudo quais foram os grandes resultados do 25 de Abril? -----

Depois, podemos matizar muito sobre aquilo que, porventura, foi feito, o que não foi feito e o que falta fazer, divergimos e eu dirijo muito quanto à opinião de que o 25 de Novembro tem um papel importante relativamente ao 25 de Abril, tem naturalmente a sua importância, mas não deve ser confundido com o 25 de Abril e, portanto, nós não podemos no 25 de Abril, falar no 25 de Novembro, não me parece adequado, não devemos confundir a importância dos fenómenos sociais ocorridos em cada uma das datas, na prática, só querem é tirar relevância ao significado de uma data absolutamente singular que é o 25 de Abril, a quem a nossa população reconhece como sendo o feito mais importante da nossa história, seguramente da nossa história recente. Não estou com isto a querer dizer que o 25 de Novembro não tem importância, nada disso, tem com certeza, não se confunda, na minha perspetiva, é com o 25 de Abril, porque teve certamente importância, teve um papel importante na consolidação da democracia em Portugal, é verdade, enfim, podemos sobre isso conversar. Sabemos todos o papel que teve o General Ramalho Eanes, sabemos o papel inestimável Mário Soares e, portanto, sabemos bem a importância que o 25 de Novembro teve. Agora não me parece curial que no 25 de Abril falemos do 25 de Novembro, eu acho que é confundir, é tirar relevância e brilho a esta data histórica e singular. A mim enche-me de orgulho quando vejo alguns países e algumas comunidades a celebrarem o 25 de Abril, como por exemplo na Galiza, é algo que nos dá uma expressão de alegria imensa, porque verdadeiramente é reconhecido lá fora que o 25 de Abril foi uma revolução absolutamente singular. Porquê? Porque foi uma revolução quase sem sangue, quase sem sangue porque ainda houve, enfim, como nós sabemos, algumas consequências negativas a nível pessoal e individual. -----

Mas, estava eu a dizer que, no essencial, nós sufragamos os mesmos princípios e o mesmo ideário e, verdadeiramente, o 25 de Abril para todos nós que somos democratas, entendemos que é uma data absolutamente essencial e que muito do nosso propósito, da nossa proposta política, da nossa proposta até setorial deve beber naquilo que foram os postulados e os princípios do 25 de Abril, porque estão lá inscritos e a nossa Constituição tem verdadeiramente todas as premissas, toda a informação para que nós continuemos a cumprir Abril também na dimensão da justiça, também na dimensão da igualdade, também na dimensão da solidariedade, também na dimensão da coesão territorial, também na dimensão da visão social. -----



E, portanto, penso que é por aí que queremos ir, queremos dizer ditadura nunca mais, porque queremos verdadeiramente viver a liberdade. -----

Quanto à questão das eleições europeias, eu também sou um europeísta convicto. Acredito muito e se acreditava antes, hoje acredito ainda mais na importância que o espaço europeu e as políticas europeias têm para Portugal. Nós percebemos todos, sabemos todos como é que a, então, CEE foi criada, quais foram as suas bases, sabemos bem quais foram as razões que fizeram com que alguns países da Europa se tivessem unido com propósitos muito ligados a questões económicas, do carvão e do aço, sabemos depois das questões ligadas também a uma perspetiva de política externa comum, de defesa comum, de sentimento de pertença. É verdade que o projeto europeu está num processo de construção, nem sempre o caminho tem sido absolutamente o mais adequado, há certamente algumas variações, mas eu queria dizer que, de facto, é muito importante, a Europa é importante não apenas nesta dimensão económica, ela é importante não apenas na dimensão do financiamento europeu que fez com que Portugal ficasse transformado em muitas das suas dimensões, nas infraestruturas, no social, enfim, também em muitas políticas sociais, muitas das intervenções que nós fazemos no território, que o Estado Central faz no território, que as entidades públicas fazem no território, que as empresas fazem também e que o setor social concretiza, muito dessas intervenções são financiadas em pequena, em média e às vezes em grande medida por fundos europeus. Mas essa é a dimensão económica, essa é a dimensão financeira, isso resulta do compromisso dos vinte e sete que fazem parte da União Europeia e, portanto, nós queremos verdadeiramente que, não só nesta dimensão económica que com certeza temos que aprofundar, que com certeza temos que melhorar, também nessa dimensão há que introduzir mecanismos de solidariedade mais justos, porque sabemos que existem programas de financiamento, designadamente a PAC e outros programas de apoio para os quais são alocados recursos financeiros muito preponderantes do orçamento europeu e temos que naturalmente pugnar para que haja, também aí, uma melhor distribuição, melhor sentido de justiça e o ideário comum para todos. -----

Ainda assim, dizer que devemos todos explicitar, fundamentar, motivar à votação no próximo ato eleitoral, dia 9 de junho, e fazê-lo com convicção, fazê-lo com a convicção de que a União Europeia não é apenas um projeto, não é apenas um projeto que tem uma construção de base muito económica e também com uma função muito social. Também é, na minha perspetiva, um projeto importante numa lógica de coesão, numa lógica de defesa, numa lógica de política externa comum, porque percebemos todos que, cada vez mais, a geopolítica, a forma como temos que nos organizar e posicionar no mundo, depende cada vez mais de acordos, de parcerias, de compromisso e penso que é por aí que a União Europeia tem que trabalhar. Percebemos todos que a União Europeia ainda é um espaço económico muito importante em termos mundiais, porque havia e ainda há três ou quatro grandes espaços económicos importantes e a União Europeia à sua escala, com a sua dimensão, com a sua população era a mais dinâmica e, por isso, hoje está ameaçada, sobretudo por aquilo que são as políticas económicas do quadrante geopolítico liderado pela China e esse trabalho tem que ser feito, penso que a própria pandemia ajudou a recentrar as políticas europeias nalguns domínios, claramente a clarificar qual é a visão estratégica que tem que haver para a Europa com maior autonomia, naturalmente sempre com competitividade, naturalmente uma vocação exportadora, isso é fundamental para que isso seja conseguido, temos que todos, todo o Portugal com os seus deputados que são vinte e um fazer um processo de integração, de participação, de discussão, de afirmação e é isso que queremos fazer para que isso possa acontecer, temos todos, sem exceção, de fazermos o nosso trabalho para que os nossos concidadãos possam também expressar essa vontade e essa vontade expressa-se se, de facto, a dimensão da participação no próximo ato eleitoral tiver uma dimensão e uma expressão adequada à relevância desta eleição e, por isso, precisamos cada vez mais de pontes, de compromissos e de parcerias, porque é assim que certamente seremos mais fortes, mais coesos, mais capazes e defenderemos não só o nosso ideário, o nosso ideário político de liberdade, mas também o nosso ideário económico, social, cultural, enfim, aquilo em que verdadeiramente acreditamos. -----

Queria, depois, também saudar e agradecer a intervenção feita pelo membro desta Assembleia, Brigitte Gonçalves, do PS, que acrescentou nesta intervenção um contributo importante àquela que já tinha feito na Sessão Evocativa do 25 de Abril, na qual também expressou uma visão progressista sobre aquilo que é a visão do 25 de Abril, aquilo que ainda é necessário fazer, mas sobretudo aquilo que foram as barreiras, os laços, as prisões que foram rompidas em muitas dimensões, com uma ênfase particular na questão da igualdade de género. É verdade que o 25 de Abril foi uma revolução! É verdade que o 25 de Abril foi





o começo do poder autárquico, do poder local verdadeiramente autónomo e livre, mas a verdade é que o 25 de Abril foi uma revolução para as mulheres. -----

Se há, de facto, um setor, se há, de facto, uma área em que a revolução foi completa, foi das mulheres, porque até parece mentira, eu quando li isso pela primeira vez, estava na faculdade, verdade, quando é que as mulheres tiveram direito ao voto? Foi há pouquíssimo tempo, as mulheres puderam aceder a determinadas carreiras sem nenhum condicionamento, sem nenhuma autorização, puderam viajar, puderam ser cidadãs. Não há assim tanto tempo e, de facto, a revolução foi muito também no feminino e isso tem que ser assinalado, isso também é um contributo muito válido da revolução e queria dar esta nota, porque é uma nota que parece altamente justa e própria. -----

Depois, dizer claramente que o 25 de Abril se celebra em Chaves de forma entusiasta, verdadeira e genuína. E Chaves tem esta particularidade, os flavienses são e foram sempre um povo progressista, porque Chaves, ao longo da história, esteve sempre do lado certo da história. E, desta perspetiva, dizer que ainda hoje entendemos que os flavienses têm este sentido muito apurado daquilo que é em cada momento o seu posicionamento e a sua decisão coletiva. E naturalmente que estão com 25 de Abril, celebram o 25 de Abril, e isso foi evidenciado naquilo que foram as multiplicidades de atividades institucionais, culturais, musicais, lúdicas, enfim, houve uma envolvimento muito entusiasta e crescente, das associações, de um conjunto de entidades, dos nossos Agrupamentos de Escolas e das escolas que os integram, concentraram muito da sua energia, quiseram permitir que os seus alunos de diferentes ciclos pudessem conhecer, estudar, preparar e, sobretudo, contribuir para a perpetuação deste legado 25 de Abril que é fundamental ser recordado. E também é verdade que a Sessão Evocativa foi um momento muito importante em que tivemos participações muito distintas, mais políticas das diferentes bancadas, mas depois tivemos três jovens que interpretaram o sentido do 25 de Abril numa perspetiva subjetiva pelas próprios, mas eu acredito que, em muitos casos, também seja o sentir expresso por muitos dos seus colegas sobre aquilo que falta fazer no 25 de Abril, aquilo que é o caminho em termos coletivos que temos que ajudar a concretizar, portanto, saudar o senhor Presidente da Mesa por essa iniciativa, por essa oportunidade e recordar é sempre importante recordar, porque recordar permite-nos olhar de novo e permite-nos, em muitos casos, perspetivar melhor. E é verdade, só a partir de 2018 é que o 25 de Abril foi celebrado sem vergonha, porque estávamos meios envergonhados, houve algum tempo em que celebrámos o 25 de Abril com cravos cor de laranja, não parecia aceitável. Sabem que eu expresso sempre aquilo que penso e, portanto, se até 2018 nós tivemos celebrações do 25 de Abril envergonhadas, não convictas, eu participei nalgumas, a verdade é que tínhamos uma breve celebração do momento do hastear da bandeira e pouco mais. 25 de Abril é rua, 25 de Abril é participação, 25 de Abril é comunhão, 25 de Abril é brilho e liberdade. E se é isto tudo, nós temos que estar efetivamente a interpretar esses sentimentos, fizemos no passado e este ano com outra dimensão, pois estamos a falar de 50 anos do 25 de Abril e, naturalmente, era necessário dar-lhe um outro contexto, outro enquadramento, outra expressão, mas queremos, queremos muito celebrar sempre Abril, porque Abril é fundamental, Abril é o nosso guião e é certamente fundamental para nosso desenvolvimento coletivo, é nisso que temos acreditar muito, sem distorções, sem involuções, sem nada que possa tirar o brilho de Abril, com diferentes perspetivas e matizes, com certeza, mas nunca tirando o essencial de Abril. -----

Queria também saudar o senhor membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, dizer que é verdade que o Município procurou corresponder a todas as iniciativas e foram muitas que nos foram comunicadas e para as quais o Município foi interpelado para que pudesse partilhar e cooperar, e fê-lo sempre que pôde, tentou corresponder a todas sem nenhuma exceção, viessem elas de onde viessem, naturalmente nos limites das suas capacidades, das suas disponibilidades, mas sim, porque acreditamos muito que é fundamental dar ao 25 de Abril uma outra dimensão às celebrações, porque nós temos uma parte muito significativa da nossa população que não viveu Abril, naturalmente é importante que nós os possamos interpelar e provocar para Abril e também, às vezes, a melhor forma de o fazer são os momentos culturais, musicais, momentos de expressão naquilo que foram as diferentes posições dos diferentes suportes que foram criados nas escolas. -----

Dizer também ao senhor membro desta Assembleia Municipal, e falamos de um tema muito importante, nós estamos a falar da questão da saúde, nós percebemos também que foi uma grande conquista do 25 de Abril, se há áreas em que, de facto, houve uma transformação radical, ela aconteceu na saúde e foi concretizada pelo Serviço Nacional de Saúde. E, nessa perspetiva, todos aqueles que acreditam verdadeiramente que é através do Serviço Nacional de Saúde, que é a estrutura, que é a espinha dorsal



que dá a resposta à necessidade de saúde em Portugal, temos que naturalmente estar atentos e exigentes, e essa exigência passa não apenas por entendermos que é fundamental fazer um reforço financeiro naquilo que são os recursos humanos, os recursos físicos, tecnológicos e de equipamento, mas os recursos humanos são fundamentais. -----

Eu sou, porventura, daqueles que pensa que a reforma do SNS passa menos pelas as instalações e pelas infraestruturas, mas passa mais pelo modelo de gestão dos recursos humanos. -----

E, portanto, muitas das questões suscitadas, muito daquilo que são os legítimos interesses de muitas das corporações, de muitos profissionais que têm o seu espaço de ação laboral no contexto do SNS, devem ser olhados, estudados, perspetivados, decididos numa dimensão de um equilíbrio, de uma complementaridade, de uma equidade para que, de facto, não se desequilibre aquilo que são as estruturas fundamentais do SNS. Mas é fundamental que se olhe novamente para os modelos de gestão, percebemos todos e sabemos todos que os recursos financeiros são finitos, ainda que, num determinado momento, possamos achar que estamos financeiramente mais preparados, mais capazes, esses recursos são absolutamente insuficientes para corresponder àquilo que são as legítimas expectativas de remuneração de cada um e de cada uma dos profissionais de saúde. E, portanto, era fundamental que nós pudéssemos, com aquilo que são os recursos existentes no Serviço Nacional de Saúde, olhar para os recursos, para as competências, para aquilo que são os conhecimentos, ver as necessidades e perceber como é que as respostas podem ser construídas para que nós, com os mesmos recursos, possamos ser capazes de dar maior resposta às necessidades. Eu acredito muito que há muito trabalho de organização, de boa gestão no SNS, nas diferentes organizações para que, efetivamente, os nossos concidadãos possam ter resposta em saúde de maior qualidade e em tempo mais adequado. E, portanto, também este princípio vale para a ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro, e sobre esta matéria dizer o seguinte, percebemos que o membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, se absteve, já se absteve de forma coerente naquilo que foi a última Moção, mas queria dizer-lhe que a melhor forma de nós podermos defender o nosso Hospital e ele poder ter alguma relevância é defendermos a ULS do Alto Tâmega e Barroso, essa é melhor forma de defender o Hospital, porque, de outra forma, o que estamos a fazer, na minha perspetiva, é criar as condições para que a concentração aconteça e cada vez mais nós assistamos àquilo que assistimos hoje, que é termos, por exemplo, trinta pediatras, seis estarem em Chaves e vinte e quatro estarem noutras Unidades. Mas se assim acontece na pediatria, acontece também na medicina interna, sabe tão bem como eu, acontece nas áreas cirúrgicas, nas áreas médicas e, portanto, eu acho que o que nós temos que defender é verdadeiramente uma ULS do Alto Tâmega e Barroso, autonomia para que efetivamente nós possamos ter um princípio de afirmação, temos a noção. Eu tenho a noção daquilo que são um conjunto de debilidades e de fraquezas, mas é verdade que se nós pensarmos numa solução, como existe noutros sítios, no Alentejo existe uma ULS que não seria muito diferente da ULS do Alto Tâmega e Barroso e, portanto, temos que ser afirmativos e persistentes para que percebam verdadeiramente a urgência, a imergência em como é importante olhar para a Unidade Hospitalar de Chaves, porquê? Porque se não percebermos que há serviços absolutamente essenciais, como são a urgência com todas as valências que necessariamente tem que estar interligada com a questão cirúrgica, porque se não houver capacidade cirúrgica, não há urgência médica ou cirúrgica. Depois dizer que é fundamental, e eu quando falo da questão dos cuidados intermédios também estou a pensar exatamente no mesmo, é preciso que se defina que tipo de intervenções cirúrgicas podem e devem ser feitas nesta Unidade, é também importante e decisivo que nós possamos exigir que nas áreas médicas que haja, como já defendemos, as mesmas respostas que existem na Unidade Hospitalar de Vila Real, eu estou a falar das consultas de diferentes especialidades, é dessas que estou a falar, portanto, nós temos que pugnar para que, efetivamente, nas áreas que hoje ou não existem, ou se existem, os tempos médios de resposta são muitíssimo elevados e sabemos que há várias, como sabemos, desde a cardiologia e outras que neste momento têm esse tempo médio de resposta, mas eu acho que nós temos que ser firmes e determinados, e penso que a melhor forma de o fazer é pugnar por uma ULS neste território, é a melhor forma de defender o Hospital de Chaves, na minha perspetiva é esta, sabendo, ainda assim, que existem fragilidades. -----

Queria saudar o membro da Assembleia Municipal, João Luís Rodrigues, do PSD e dizer o seguinte, quanto às suas perguntas que foram muitas, as interpelações concretizaram-se em um conjunto de questionamentos e vou procurar responder, enfim, a cada uma delas, porque fui apontando, vou responder necessariamente de memória e, portanto, significa que alguns dos dados não serão



absolutamente precisos. Quanto ao 25 de Abril, eu diria que, de facto, a comunidade celebrou e, de facto, há uma grande dinâmica cultural, mas atrever-me-ia a dizer mais, Chaves tem uma grande dinâmica turística, Chaves está com uma grande dinâmica de afirmação, acho que não é apenas cultural, apesar de estarmos a celebrar o 25 de Abril, eu acho que a dinâmica do Concelho a nível turístico é demasiadamente evidente, é sentida, percecionada e afirmada por muita gente que nos visita, eu acho que também não fica mal dizê-lo aqui. -----

Depois, sobre a questão do concurso de ideias, é verdade que o Município de Chaves promoveu o concurso de ideias, designadamente para duas áreas públicas absolutamente centrais e muito importantes. Estamos a falar do Km0 e estamos a falar da cobertura do Museu das Termas Romanas. Essas iniciativas não se traduziram ainda, pelo menos a do Km0, num projeto de execução, porque aquilo que foram as várias propostas apresentadas relativamente ao concurso de ideias do Km0, elas foram avaliadas por uma comissão técnica, mas não foi feita nenhuma avaliação política. A conclusão que eu retiro de todas as propostas que foram feitas, é que, na minha opinião, não resolvem dois problemas: a dimensão daquele espaço para ter uma rotunda com dignidade, porque verdadeiramente nós sabemos que aquele espaço está condicionado por três grandes blocos de edifícios. Falamos por um lado do Jardim Público, falamos por outro lado daquele edifício que era o antigo lar de freiras, depois temos, como sabem, aqueles dois ou três edifícios, a garagem flaviense, o edifício contíguo da família Montalvão e, portanto, tem ali uma solução difícil. A rotunda, como sabem, insere-se no início da Estrada Nacional 2 e também um troço na Estrada Nacional 103 e, portanto, tem esta complexidade e tem questões técnicas bastante difíceis de resolver e, porventura, o momento mais certo de o fazer era se houvesse uma iniciativa de requalificação daqueles edifícios, nesse momento seria a altura de encontrar uma solução urbanística adequada. Por outro lado, as ideias que foram apresentadas, têm outra fragilidade e essa fragilidade resulta da circunstância de não resolvermos uma prática e uma vontade de todos aqueles que de alguma forma querem registar aquele momento naquele espaço do Km0, que é o local onde colocam o autocolante. Se repararem, toda a gente quer colocar o autocolante, no próprio sinal de trânsito, ou então no próprio marco, e isto não ficou resolvido nas ideias, e, portanto, temos de continuar a trabalhar mais para encontrar uma solução mais adequada. Eu sou daqueles que entende que a pressa, a ansiedade dá respostas muitas vezes que prejudicam valores que já existem e, na minha perspetiva, o Km0 continua a ser um espaço importante de dinâmica e de afirmação. É melhor pensar, se, de facto, haverá alguma solução adequada às soluções que foram apresentadas nas ideias. Pessoalmente, entendo que não resolvem nenhum destes dois problemas, portanto, significa que se deve continuar a ponderar e não avançar ainda para nenhum projeto de execução. -----

Quanto à questão da rotunda que fica junto ao E. LECREC, estamos a falar da fonte luminosa, e posso partilhar com vossas excelências que está adjudicada a empreitada para a requalificação dessa fonte, que muito provavelmente será iniciada em maio ou em junho, porque o contrato já foi celebrado, é só concretizar alguns trâmites administrativos subsequentes. É verdade que vai ser uma intervenção de âmbito muito limitado, vai destinar-se a reabilitar infraestruturalmente a fonte e colocar operacional o repuxo, porque todo o sistema de bombas elétricas está estragado. Vamos colocar todo o sistema em funcionamento e vamos com certeza garantir uma gestão adequada e sustentável da água para que não se desperdice. Dizer que a intervenção vai ser uma intervenção de requalificação de pequeno âmbito, naturalmente dando cor e dando ali um sinal de requalificação, contudo não vai ser nenhum projeto megalómano e muito expressivo como nalgumas cidades se fazem, poder-se-ia fazer mais, mas o investimento seria na ordem dos 200 mil euros e, portanto, ele terá que ser bastante mais modesto, cumprindo naturalmente a sua vocação que é uma das portas de entrada da cidade. -----

Dizer também, que nesse contexto e de forma subsequente vão ser requalificadas outras fontes, vamos por em funcionamento a fonte do jardim do Bacalhau, como já perceberam, tem um problema de empreitada, ela vai ser colocada em funcionamento também agora, durante o mês de maio, ou junho, queremos também por em funcionamento a fonte no edifício Maria Rita que não está operacional, porque não tem sistema de água, nunca teve e queremos também que ela possa funcionar, e, ao mesmo tempo, também neste espaço junto ao edifício do Centro Cultural, onde também existe uma fonte que está com problemas de infiltração para a garagem que fica por debaixo. Desta forma, nos próximos três ou quatro meses teremos estas fontes todas requalificadas, algumas delas com luzes, outras não, mas certamente serão mais um motivo de encanto para esta nossa belíssima cidade. -----



Agradeço muito essa interpelação sobre o antigo Cineteatro. Quem pensa no Cineteatro e, porventura, membros desta Assembleia Municipal, muito provavelmente mais do que eu, terão grandes memórias do antigo Cineteatro, porque, de facto, era um espaço privilegiado e o único onde se podiam ver filmes durante a década de cinquenta, sessenta, setenta e oitenta. Agora já não, portanto, é um espaço com um simbolismo, uma memória muito densa e muito carregada, é um espaço muito importante. Ora, é verdade que ele foi adquirido pelo Executivo Municipal em 2001, esteve completamente sem nenhuma função, sem nenhuma relevância social, cultural ou outra até que no primeiro Executivo liderado por mim se decidiu fazer uma requalificação daquele espaço em 2019 ou 2020, até lá, portanto, significa que ele esteve cerca de dezassete anos completamente sem qualquer ideia ou qualquer solução encontrada pelos anteriores executivos do PSD, a não ser tentar vendê-lo. A verdade é que há quase quarenta anos que aquele espaço não tem qualquer dimensão vivencial, porque não tem sido possível dar-lhe relevância cultural, no teatro, na música ou noutras dimensões. Pois bem, é verdade que essa decisão foi tomada por nós, na altura equacionando três hipóteses, uma era vender, outra era, na nossa perspetiva pura e simplesmente nada fazer continuando com aquilo que foi, a outra foi encontrar uma solução diferente, foi dar-lhe utilidade e relevância, ainda que atualizada aos novos tempos, às novas necessidades, às novas respostas. Como sabem, este espaço tem duas vocações distintas, uma vai ser multiusos, como bem falou. O espaço multiusos vai permitir garantir um espaço de palco, vamos ter a oportunidade de desenvolver lá alguns projetos de natureza cultural, teatral, musical e de dança, necessariamente à dimensão do palco. Podemos vir a ter lá quatrocentas a quinhentas pessoas sentadas em cadeiras, que podem ser retiradas, o que permitirá depois, sempre e quando aconteçam outras iniciativas musicais de maior expressão, passar a ter mil e quinhentas a mil e seiscentas pessoas de pé para poderem usufruir de alguns espetáculos musicais que lá venham a acontecer. Ao mesmo tempo, permitir-nos-á também fazer pequenas iniciativas de promoção dos produtos locais, e isso naturalmente permitirá trazer para o centro da cidade outras iniciativas, ainda que nós saibamos que temos sempre algumas questões de condicionamento por causa da disponibilidade de estacionamento. Para além destas funções muito correlacionadas e associadas ao multiuso teremos também o Aquae Nature Palace, que é um projeto mais ligado à promoção turística, mas também a uma perspetiva pedagógica, e nessa perspetiva, esse mesmo espaço, em alguns dias, deixará de ser multiusos e funcionará como um espaço de Aquae Nature Palace em que podemos assistir a projetos e dimensões sensoriais de realidade aumentada, podemos também ter a oportunidade de conhecer o ciclo de água nas suas interações com a química, com a biologia e com a história. Teremos um percurso muito pensado para os jovens e para a dimensão pedagógica, queremos concretizar esse projeto, que naturalmente, será mais exigente com o INESC TEC, projeto na área da investigação, em que vamos ter dois ou três investigadores ligados a processos mais tecnológicos relacionados com a água e, portanto, essa é a grande ambição, que esperamos poder fazê-lo e concluí-lo nos próximos três/quatro meses. É suposto que nós tenhamos este espaço concluído nessas duas dimensões, na dimensão do multiusos, mas também no Aquae Nature Palace, que no seu conjunto estamos a falar de uma intervenção que, provavelmente, fica nos 3 milhões de euros. Esta é uma grande intervenção de requalificação e é verdade que uma parte relevantíssima do financiamento é de fundos comunitários, de diferentes programas, PRODER, Portugal Norte 2020 e, portanto, teremos com certeza um espaço muito digno, muito relevante, muito importante e, na minha perspetiva, será mais um referencial e um instrumento importante de atração de pessoas para o centro da nossa cidade e também com a vocação de atração turística, a acrescentar ao que já temos hoje: como o Museu das Termas Romanas, o MACNA, e também todo o nosso património edificado, seja Medieval, seja Romano, mas também do nosso património natural e, sobretudo, deste nosso património fantástico que é a nossa gastronomia. Tudo isto certamente fará com que os nossos números de turismo que são absolutamente excecionais, possam ser ainda mais incrementados. Sabem quantas camas tem o Concelho de Chaves para fins hoteleiros, turísticos? Elas, se nós somarmos os empreendimentos turísticos com alojamento local, superam as duas mil e quatrocentas, e salientando que estão em construção mais dois hotéis e em licenciamento mais um, e um projeto de informação prévia, portanto, há aqui um grande acreditar e uma grande esperança naquilo que é o desenvolvimento económico nesta dimensão turística para este nosso Concelho. -----

Procurando ainda dar notas sobre as questões que foram colocadas, dizia-lhe que em três/quatro meses é suposto que o multiusos, eu vou dizer-lhe o que eu gostaria, eu gostaria de o inaugurar dia 8 de julho, não sei se vai ser possível, mas, de qualquer das formas, esta é a meta, veremos se no dia 8 de julho





teremos condições para o inaugurar. No entanto, mais uma vez digo nesta Assembleia como digo na rua, como digo aos técnicos, se não estiver em condições efetivas de ser inaugurado, se não estiver concluído, ele não será inaugurado em julho, será em agosto ou em setembro, porque entendemos que as pressas são sempre más conselheiras, e abrir apenas para inaugurar não é comigo, porque há muitas vezes responsáveis políticos que inauguram os projetos sem estarem concluídos. Portanto, eu acho que não é bom princípio e nós vamos, com certeza, esperar que esteja tudo concluído, operacional e em condições de poderem serem abertas as portas aos nossos concidadãos, aos Flavienses e a todos os turistas que nos queiram e desejem visitar. -----

O Museu das Termas Romanas, sobre esta matéria entendo que há aqui uma divergência com o PSD. Eu já vi, já ouvi, já li, que foi o PSD que resolveu o problema das Termas Romanas, que permitiu que este equipamento cultural pudesse ser fruído pelos nossos concidadãos e pelos turistas. Eu, sobre isto, tenho uma divergência muito grande, é verdade que foi a gestão do PSD, e bem, na sequência de uma decisão na, minha perspetiva, errada, que foi a mudança do local do estacionamento subterrâneo, ocasionou que no novo local fosse descoberto primeiro uma muralha seiscentista e depois vestígios arqueológicos Romanos, o Balneário Termal Medicinal Romano. -----

Mas, a verdade, é que foi incapaz de lapidar o diamante que tinha encontrado, verdadeiramente a gestão do PSD teve um diamante e a única coisa que fez, foi sujá-lo, não foi limpá-lo, e, portanto, sobre esta matéria entendo que o mérito da solução está no atual Executivo Municipal e no LNEC. Sobre esta matéria divergimos e muito, porque o que permitiu que o Museu das Termas Romanas tenha hoje aquele aspeto, possa ser visitável, tenha aquelas condições para poder ser fruído, isso tem que ver com a primeira gestão do Executivo liderado por mim. Peço desculpa, mas foi assim, não foi de outra maneira, sobre isso que não haja dúvidas, absolutamente dúvida nenhuma, porque já vou lendo algumas coisas que querem alterar a história e a evolução aqui não significa mudança da realidade e, portanto, dizer que foi conosco, é verdade, demorou bastante tempo, sim, foi um processo exigente e é muito exigente tecnicamente, muito complexo, é verdade, mas esse mérito da competência técnica está no LNEC e o mérito da decisão política está no primeiro Executivo. Mas queria também dizer mais, é verdade que o processo de estabilização daquilo que foi a solução, está ligada, mais uma vez, a um recurso fundamental que é a nossa água termal, pois a solução foi encontrada através de um projeto de geotermia que ali está concretizado e monitorizado todos os dias pelo LNEC. É verdade que todos nós, e eu também gostaria muito, que hoje tivéssemos já a cobertura das Termas Romanas. Como é desejável, todos nós gostaríamos, e devo dizer que sobre esta matéria, o nosso entendimento foi este, primeiro tínhamos que resolver e estabilizar a solução do Museu das Termas Romanas para que, de facto, não suscitasse nenhum retrocesso e depois começámos a trabalhar no projeto de cobertura do Museu das Termas Romanas. A primeira dúvida, foi logo, o que fazer na cobertura? Como todos sabem, as condicionantes são muito relevantes, nós não podemos permitir que uma solução para a cobertura possa prejudicar ou possa por em causa a solução encontrada para o Museu das Termas Romanas. Acho que isso é absolutamente essencial. Depois de fazermos o concurso de ideias que já aqui muito bem referiu, lançámos um concurso para contratar o projeto, o projeto foi contratado, o projeto foi elaborado. A verdade é que estivemos ano e meio para que a Direção Regional de Cultura, por tratar-se de um monumento nacional, estivemos um ano e meio com o projeto parado na cultura para que nos pudessem dar parecer favorável. Pois bem, já o temos, é verdade que numa primeira fase o parecer foi negativo, foi um parecer desfavorável, mas hoje já temos um parecer favorável e, portanto, temos hoje o projeto noutra coisa que se chama Comissão de Revisão do Projeto. Depois, é preciso que se diga que a parte burocrática é absolutamente complexa, depois de termos o projeto aprovado por todas as entidades, os projetos com valores superiores a 350 mil euros têm que ir a uma Comissão para que seja revisto por causa das especialidades todas. O projeto está neste momento na Comissão há quatro meses. -----

Senhores membros desta Assembleia Municipal, já tive dias de desespero por causa deste projeto, porque às vezes é difícil perceber como é que as coisas demoram tanto tempo, mas, ainda assim, eu acredito que vamos concretizá-lo, vamos concretizá-lo da forma adequada e vamos ainda, desejavelmente, durante o mês de maio, lançar o concurso público para a adjudicação da cobertura do Museu das Termas Romanas. -----

Dizer ainda que, o projeto foi acompanhado por um técnico do LNEC no sentido de garantir que a solução técnica e arquitetónica não punha em causa, nem põe em causa a solução encontrada para as Termas Romanas e, por outro lado, tivemos que seguir aquilo que foi o parecer da Direção Regional de Cultura



do Norte, porque, como sabem, é obrigatório e vinculativo, tem que ser pedido e o que eles disserem, tem que ser seguido. Vamos assim lançar o concurso, posso partilhar com vocês que vai ser um jardim. Aliás, uma das propostas que foi considerada no concurso de ideias, foi um jardim. Vamos ter um jardim, não vai ser um jardim suspenso, com uma carga arbustiva muito pesada, mas será um jardim com um espaço convivial, no sentido de propiciar e motivar não só os nossos concidadãos, mas também os turistas a fluírem e usarem aquele espaço. Para isso, vai ter de haver espaços verdes, sombras e naturalmente haverá várias soluções para garantir que nós possamos ter sombras ainda que de âmbito limitado, porque a cultura entendeu que o edifício do Palácio da Justiça era um edifício a preservar em termos visuais e, portanto, o projeto não podia conter elementos que pudessem esconder ou alterar o acesso visual a este edifício. -----

A empreitada, se tudo correr bem, ainda vai ser iniciada este ano e vai ser com certeza mais um compromisso autárquico cumprido, porque é um compromisso autárquico e vamos cumpri-lo neste mandato. Gostaríamos todos de ter sido cumprido mais cedo, mas as circunstâncias, os processos, as decisões e aquilo que são os trâmites normais, fazem com que nós, só agora, estejamos em condições de poder avançar para o concurso, mas, ainda assim, será mais uma promessa cumprida. Sobre a questão relacionada com o edifício da Divisão da PSP de Chaves, todos sabem ou a maioria dos membros desta Assembleia sabem que o edifício é municipal, é propriedade do Município, e que esse edifício foi cedido ao governo central no início da década de 80, era então Presidente da Câmara, o Engenheiro Branco Teixeira. Pese embora uma iniciativa político-partidária eleitoral feita por alguns membros do PSD a nível local, queiram tentar passar a ideia que a responsabilidade pela execução das obras que é do Município de Chaves, digo aqui o que já tive oportunidade de dizer na reunião de Câmara, enganaram-se de destinatário. A responsabilidade pela requalificação do edifício da PSP só pode ser do Governo, só pode ser da Administração Interna, não é seguramente da Câmara Municipal, senão estamos a confundir tudo. Um dia destes a Câmara Municipal vai fazer as obras no Hospital, vai fazer as obras para a PSP, para a GNR, vamos fazer tudo para o qual não temos competência e deixamos de fazer o que é a nossa competência. Isso é inaceitável e também é inaceitável que se tente enganar a população no sentido de dizer que essa obrigação é do Município. Não é do Município, o Município na área da segurança tem que fazer o que faz na área da saúde, que é pugnar, propor, ser embaixador e em muitos casos por em evidência os problemas, isso sim, fazemo-lo, fizemo-lo, fá-lo-emos com certeza e, por isso, na minha perspetiva, o PSD local fez um mau serviço à informação e à verdade, dando a entender que a obrigação era do Município, pois, na verdade não é. -----

Em nome da verdade, devem dizer que essa responsabilidade é da Administração Interna, por entendermos que é da Administração Interna, fizemos tudo o que tínhamos que fazer, e o que é que fizemos neste processo? Fizemos um conjunto de diligências, junto do Comando Distrital, da Direção Nacional da PSP, mas também junto do então Ministro da Administração Interna, e na sequência disso, foi possível que fosse aberto um concurso para contratar os projetos para Chaves e Vila Real. Estão neste momento em elaboração projetos de requalificação para o edifício onde funciona a Divisão Policial da PSP de Chaves e, ao mesmo tempo, um projeto para construir um edifício em Vila Real. Tive a oportunidade na sessão do 141º aniversário do Comando Distrital da PSP que aconteceu em Chaves, pela segunda, e, devo informar que isso aconteceu, porque foi um desafio que eu lancei ao senhor Diretor Nacional e ele rapidamente o aceitou e também dizer que a medalha que foi dada à Câmara Municipal de Chaves, representa o reconhecimento do processo de cooperação, de parceria, de corresponsabilidade que nós temos tido naquilo que são as intervenções no respeito pela missão e pelas competências de cada um, mas sempre numa lógica de cooperação e parceria. -----

Estava a dizer que estão em execução os projetos, e o que nós agora vamos pugnar, nós Câmara Municipal vamos fazer o que estamos a fazer na Saúde, vamos junto do Ministério da Administração Interna para que a equipa projetista conclua o projeto de requalificação do edifício de Chaves. Se assim o entenderem, o Município de Chaves está disponível para fazer um contrato Interadministrativo com o Ministro da Administração Interna para cooperar e colaborar naquilo que são os procedimentos de contratação pública, conduzirmos o processo de contratação pública, que é um processo administrativo muito complexo e também acompanhar a respetiva empreitada. Estamos disponíveis para cooperar nestes processos, sendo certo que o financiamento é da inteira responsabilidade e da exclusiva responsabilidade do Governo. -----



Vamos claramente pugnar por uma requalificação daquele edifício, nós sabemos que está a precisar de obras de requalificação, já tivemos a oportunidade de cooperar com a PSP no sentido de reparar algumas redes de água e outras coisas, mas a verdade é que precisa de uma grande intervenção, porque eu temo, temo que o telhado, parte do telhado possa um dia destes, se houver uma nevada muito forte durante muitos dias, colapsar, isto é mesmo um risco que existe numa das águas do telhado deste edifício. ----- Portanto, terminar como comecei sobre esta matéria, o Município e os seus representantes, eu em particular, vamos certamente estar atentos, vamos estar ativos, vamos estar proactivos para que quem tem que cumprir, cumpra e possa naturalmente fazer a requalificação desse edifício, ao mesmo tempo continuaremos a exigir um reforço dos efetivos. -----

Queria também dizer algo sobre a questão da revisão do PDM. Mais um processo em que o PSD andou mal. Sabemos que o Plano Diretor Municipal foi aprovado em 1995, e deveria ter sido revisto em 2005. Como sabem, o PDM tinha uma vigência inicial de dez anos, se ele foi aprovado em 1995, em princípio ele devia ser revisto em 2005, em 2005 quem é que liderava os destinos deste Município? O PSD! Isto significa que em 2005 não o fez, em seis não o fez, em dez não o fez e em dezasseis não o fez. Não fez! Nós começámos com esse processo em 2018, dizer que é um processo muitíssimo complexo, verdadeiramente complexo, é um processo que tem sofrido um conjunto de vicissitudes de natureza normativa com alteração de vários diplomas e também de alguns diplomas setoriais que dificultam a tramitação deste processo. Mas a verdade é que já estamos quase na fase da discussão pública, portanto, já é possível hoje, e só não foi discutida a proposta de revisão do PDM na última reunião de Câmara, porque os senhores Vereadores do PSD, disseram que não tinham acesso a alguma informação cartográfica. Perante esta constatação o que eu propus, foi que se adiasse a reunião de Câmara e que se disponibilizasse toda a informação que existia, para que todos os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, conhecendo a informação escrita, a informação desenhada, plantas, tudo, possam naturalmente pronunciar-se sobre esse assunto, porque é verdadeiramente um tema muitíssimo importante. Sobre esta matéria até seria desejável que nós já estivéssemos na terceira versão da revisão do PDM, nós estamos ainda na segunda e alguns Municípios já estão na quarta, nós estamos na segunda porquê? Porque a conclusão que muitas vezes tiramos, se durante vinte ou trinta anos não houve necessidade de rever o PDM, enfim, o que é que terá acontecido? Hoje é necessário, porquê? É esta pergunta que pode ser feita. Mas, ainda assim, ela é necessária por imperativo legal e esse imperativo legal determina que os Municípios tenham que concluir o processo de revisão do PDM. A questão que nos foi aqui apresentada tem a ver com as condicionantes da utilização do solo ao nível particularmente da Veiga de Chaves. Todos nós temos a consciência que Chaves é um Concelho rico em termos de património edificado e património natural, tem o Rio Tâmega que é muito importante, mas isso também significa que depois existem regras que querem proteger esses valores de uma forma muito intensa. Essa foi uma das questões, entre muitas outras questões que tivemos a oportunidade, em sede de revisão do PDM, de falar. -----

Haverão quatro sessões no âmbito daquilo que vai ser a discussão pública para que, quer os técnicos, quer a população, quer os autarcas possam conhecer e possam naturalmente refletir e propor sobre esta matéria. Vamos perceber todos que é um processo muito complexo, muito exigente, no qual participam trinta e duas entidades e que existem matérias relativamente às quais existem entendimentos e interpretações sobre qual é a responsabilidade e a competência dessas entidades. Estou a falar da Agência Portuguesa do Ambiente em matéria de ambiente, estou a falar da floresta, do ICNF, estou a falar da Agricultura, do Ministério da Agricultura e também da Cultura relativamente ao património edificado. -----

Nessas diferentes dimensões, esta Câmara Municipal e todas as outras todas tiveram que se conformar com aquilo que é a leitura e a interpretação que faz cada uma das entidades, particularmente no que diz respeito à Veiga de Chaves. Nós temos hoje, todos sabem, um conjunto de edificações na Veiga, umas legais e outras ilegais, que foram construídas de forma mais intensa na década de 70, 80 e 90. Muitas dessas casas são ilegais, estão ilegais e ficarão ilegais, porque o que entende, quer o Ministério do Ambiente, através da APA, quer o Ministério da Agricultura é que existem valores fundamentais que não podem ser colocados em causa, um deles tem a ver com a questão do risco de cheia. Todas as casas que estiverem em leito de cheia, eles qualificam isso em três níveis, risco baixo, médio e elevado, todas as que estiverem em risco elevado não têm nenhuma condição para ser licenciadas ou legalizadas e as que estiverem em risco médio também terão muita dificuldade em o fazer. Para o efeito, foi construída



uma carta de risco e dentro dessa carta de risco todas as casas que estejam lá incluídas não vão ser possíveis de licenciar. Permitam-me recordar que foi isso que nos aconteceu com o projeto da piscina coberta municipal. Eu tive oportunidade de partilhar com vossas excelências que a primeira proposta que nós fizemos, foi chumbada, porque se entendia que ficava na zona de leito de cheia, que apesar de ser uma pré existência, estávamos a propor uma ampliação, e nessa perspetiva, não podíamos agravar o risco para as pessoas, para os bens e para as infraestruturas. -----

A discussão pública acontecerá, muito provavelmente, durante o início do mês de junho. Vai decorrer durante trinta dias úteis, durante trinta dias vão poder aceder a essa informação através de um aplicativo informático onde podem consultar toda a informação relativamente ao processo de revisão e também em termos físicos, vai haver, certamente, um espaço desejavelmente central, para que todos os cidadãos e cidadãs possam naturalmente conhecer aquilo que são os pressupostos fundamentais deste processo de revisão e aquilo que foram os posicionamentos de cada uma das entidades. É importante que possam depois ler as atas para perceber em cada momento, e alguns foram muito tensos, o que é que cada entidade entende sobre esta matéria e o porquê desta formulação geral. Sendo certo que, para o futuro entende-se que os processos de alteração destes instrumentos de ordenamento do território de base municipal devem ser revistos de cinco em cinco anos. -----

A piscina municipal coberta. Tive a oportunidade em diferentes Sessões deste Órgão, de trazer aqui a informação de que nós dispúnhamos e partilhei com vossas excelências aquilo que foi a dificuldade inicial de podermos recolher um parecer favorável relativamente ao projeto de arquitetura para a ampliação da piscina municipal, isto porque a ampliação será mais ou menos o dobro daquela que existe, ou seja, aquilo que seja o edifício no seu conjunto terá mais ou menos o dobro da área de implantação que tem hoje. Tivemos numa fase inicial muitas resistências e pronúncias desfavoráveis da Agência Portuguesa do Ambiente, isso obrigou-nos a reformular a solução técnica, designadamente obrigando a elevar a piscina cerca de 1 metro. Foram também introduzidos mecanismos de solução que permitam a estanquicidade da cave, onde vão ficar as máquinas, na área técnica, e também introduzir mecanismos de deteção precoce e de comunicação de situações de risco de cheia. O projeto em si vai ser mais complexo sob o ponto de vista técnico, mais exigente e a verdade é que estamos neste momento já em fase de concertação com as entidades que se pronunciam naquilo que tem a ver com os projetos de especialidade. Já tivemos uma primeira reunião com o IPDJ que é a entidade mais importante nesta matéria de licenciamento dos equipamentos desportivos e entendemos que, provavelmente, dentro de três/quatro meses temos o projeto de especialidades aprovado em definitivo, é nossa expectativa que isso aconteça e, portanto, nós gostaríamos muito, que o concurso público fosse lançado ainda este ano. Veremos se isso é possível, faremos tudo para que assim seja, ainda assim, temos tarefas importantes a concretizar pela frente. De qualquer das formas, dizer-vos que já estamos na fase final do projeto, que só os projetos de especialidade custaram mais de 200 mil euros. Como já disse em momentos anteriores, desejamos ter um projeto que tenha a capacidade de em termos de funcionamento e em termos energéticos seja, autossustentável entre 96 e 98% e, portanto, queremos que tenham a incorporação dessas especialidades para que nós possamos ter depois um equipamento que seja mais sustentável. Sabemos que os equipamentos desportivos, e nomeadamente piscinas desta dimensão com dois tanques com dimensões semiolímpicas, são naturalmente exigentes e têm um custo de funcionamento muito, muito significativo. Neste momento, não temos ainda nenhuma garantia que o projeto possa ser financiado no todo ou em parte por fundos europeus, contrariamente ao que aconteceu no fim da década dos anos 2000, em que muitas das piscinas e pavilhões desportivos de todo o país, incluindo no Alto Tâmega, foram financiados a 85%, eu relembro que isso aconteceu nos Concelhos de Boticas, Montalegre, Valpaços, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, estranhamente só em Chaves é que não aconteceu, deve ter sido por sermos diferentes. Não faço ideia qual foi a razão, mas a verdade é que ficámos sem estes equipamentos, o tempo e a história dirá porque é que aconteceu, e neste momento vamos ter que avançar para este projeto mesmo não conseguindo financiamento participado, mas estamos a fazer tudo para que consigamos captar algum investimento, seja pela eficiência energética, seja por outra via, estamos a fazer tudo para que nós possamos ter alguma capacidade de financiamento deste equipamento, porque ele tem uma expressão financeira muito significativa. Não temos a certeza, mas estamos a tentar tudo e, naturalmente, estamos a olhar para todas as perspetivas no Portugal 2030, e para outros programas de investimento e financiamento comunitário. De qualquer das formas, digo aqui como disse no passado, se for necessário traremos a esta Assembleia uma proposta de financiamento





bancário para a construção da piscina, porque é um projeto que nós queremos concretizar, seja com financiamento comunitário, seja sem financiamento comunitário, é este o compromisso, e é isso que queremos fazer. -----

Depois, mesmo a terminar, porque é a última questão, embora não tenha percebido muito bem a tática da casa da sorte, nem exatamente o que quis dizer com ela? Não percebi o que é que queria dizer, provavelmente o que quis dizer foi mostrar em cada momento o que nós fizemos e outros fizeram, sempre em contraponto, mas a verdade é que sempre que o fizemos, fizemo-lo com factos, com evidências e não com fantasias, com enganos ou mentiras. Também aqui dizer, de forma clara, os projetos e os compromissos com os quais nos comprometemos, eles serão para cumprir. E dizer que para alguns parece muito tempo, eu acredito que para o PSD seis anos pareça muito tempo de gestão autárquica ou quase seis anos e seis meses, mas para quem está nas funções como eu estou ainda, tem sido pouco tempo para executar todos os projetos que nós temos, e são muitos, e são todos necessários. Muito obrigado a todos. -----

## -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024. -----

A Ata número um, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 28 de fevereiro de 2024, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----

Dez Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

**A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da informação. -----

Cumprimentos à Mesa, senhor Presidente, senhora primeira e segundo Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente e também à estrutura de apoio. Entendo que a Assembleia Municipal é um espaço importante para podermos partilhar informações e podermos fazer algumas reflexões, porque porventura não temos outro espaço para o fazer e, queria, a esse propósito, dizer que procuramos na informação que trazemos a esta Assembleia Municipal ser a mais explícita, abrangente possível, naturalmente com alguma perspetiva de concisão.

Trazemos toda a informação, relativamente a todas as atividades mais relevantes que foram feitas pelo Município de Chaves e promovidas por outras entidades onde pude estar presente, em representação do Município. -----

Deste documento constam igualmente a informação sobre as dimensões financeiras, económicas, sobre as obras municipais em curso e também sobre o relatório de contencioso. E, a verdade é que estive a olhar para todos estes elementos e comparando com períodos homólogos, enfim já pretéritos, é verdade, queria dar aqui algumas notas sobre a evolução positiva. -----

Sobre a informação económica/financeira, considero que a informação que está expressa, denota uma evolução positiva, quer na dimensão económica, quer na dimensão financeira, nos vários parâmetros em que se encontra estruturada, sendo perceptível o aumento da capacidade de endividamento, e a redução substancial da dívida total do Município, hoje substancialmente inferior ao registado há seis ou sete anos, quer na dívida de médio e longo prazo, quer da dívida de curto prazo. -----

A dívida de curto prazo anda pouco acima dos 2.5 milhões de euros, em resultado do normal fluxo normal de tramitação, sendo que os pagamentos do Município de Chaves se encontram com prazo médio de catorze dias, portanto são concretizados, em tempo, no dia, com uma grande celeridade, gerando impactos positivos para a nossa economia local. -----

Queria também dar nota na minha perspetiva que, a preços atuais, o Município de Chaves terá a dívida mais baixa dos últimos 20 anos e, portanto, são boas notícias, ainda que não suficientes. -----

E isto, na minha perspetiva, resulta de critérios de racionalidade económica, de boa gestão, de eficiências diversas em várias dimensões. No entanto, ainda não nos encontramos no patamar desejado, sendo que ainda temos de conseguir um equilíbrio difícil, mas desejável, na dimensão do cumprimento das nossas



responsabilidades financeiras e, em simultâneo, procurar responder à satisfação das necessidades coletivas que são crescentemente muitas, cada vez mais e mais diversificadas, em função da assunção continuada de novas responsabilidades e necessidades. -----

E, portanto, dizer que se trata de um esforço relevante que, apesar das turbulências financeiras que aconteceram nos últimos tempos, que apesar do incremento substancial de juros que, comparando com 2017, cresceram 400% e se compararmos com 2022, 2023 cresceram entre 250 a 280%, o Município de Chaves continua a cumprir e a honrar, escrupulosamente, todos os seus compromissos, com os fornecedores, com a banca e com os seus trabalhadores, com todas as instituições. -----

Também dar nota, que se encontra registado um valor de 3.6 milhões de euros, sendo que esse valor diz respeito a uma dívida de médio prazo, relacionada com o acordo concretizado com a empresa Águas do Norte, relacionada com o incumprimento das obrigações do município levada a cabo por gestões autárquicas anteriores. -----

E, depois, devo afirmar o seguinte: “Sem recursos, não existe investimento” e, outra coisa que repito inúmeras vezes “o dinheiro não se gasta duas vezes” e, portanto, definidas as prioridades têm que ser mobilizados os recursos e esses recursos não podem ser gastos duas vezes. -----

Queria também dar nota de outros aspetos importantes que me parecem relevantes. Os senhores Membros desta Assembleia olham hoje para a informação financeira, ela é clara, não esconde nada, não matiza nada, não pretende escamotear nenhum facto que tenha relevância financeira, isto é assim nas contas todas, isso é assim também naquilo que são, responsabilidades contingentes que não são responsabilidades, mas são apenas riscos que existem e que nós queremos dar nota a todos, aos Membros dos diferentes Órgãos, mas também a todas as Entidades, com as quais nos relacionamos, de que esses riscos existem. -----

Noutra dimensão, quero também dar nota do volume de empreitadas em execução, cuja expressão financeira representa um investimento de muitos milhões de euros. Isso é muito relevante, significa que é muito investimento, mas também é muito trabalho, muita carga burocrática e técnica, porque a contratação pública é muitíssimo exigente. Ainda assim, resulta de muito trabalho, de muito compromisso do conjunto de unidades orgânicas e dos respetivos técnicos. E por último, queria que olhassem e comparassem com a história, o número de ações de contencioso que nós temos em tribunal hoje, que é substancialmente menos que no passado, sendo que isso significará certamente alguma coisa. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

**Manuel Justino Matos Cunha**, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Cumprimento, novamente a todos, era só um pedido de esclarecimento, dentro do âmbito e na questão da educação? Nós sabemos, principalmente que com o centro escolar, que se criou, uma grande concentração de estudantes jovens, era importante, e, nós temos tido alguma informação sobre alguma insuficiência, nomeadamente de assistentes operacionais em relação ao apoio às crianças, principalmente no período final do dia em que os pais, pela desregulação do mercado laboral, na maior parte das vezes, outras, por outras razões diversas, vão buscar os filhos mais tarde. -----

Há alguma insuficiência no núcleo de apoio dos assistentes operacionais, esperemos que com o tempo melhore. As crianças todo o período que estão à espera, para depois irem para casa, estão apenas em frente às televisões e, uma das razões tem a ver com a falta de recursos de apoio para essas crianças e, para o seu acompanhamento. Necessitam de apoio quando vão à casa de banho, muitas delas nomeadamente as que têm necessidades especiais, classificadas nas normas do ensino inclusivo. Era importante perceber qual é a avaliação que o senhor Presidente faz dos recursos que estão no centro escolar e se eles são os adequados às necessidades? -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo cumprimentos necessariamente ao senhor Presidente da Mesa, demais Membros e aos Membros do Órgão Executivo e todos os distintos Membros desta Assembleia Municipal. -----

Pese embora esta questão não ter que ver com o ponto da Ordem de Trabalhos em que estamos, porque se encontra relacionada com as atividades levadas a cabo nesse contexto e devia ser colocada no Período Antes da Ordem do Dia, mesmo assim responder-lhe-ei com clareza. -----



Devo, em primeiro lugar, contextualizar a questão para que possa depois responder com acuidade e com propriedade. Cerca de duzentos e cinquenta a duzentos e setenta trabalhadores do Município de Chaves estão, neste momento, afetos às escolas, sendo que os rácios estabelecidos nos indicam que a alocação de recursos humanos é claramente superior ao exigido, o que por si só traduz um grande esforço e empenho do Município. -----

Permitam-me, sobre este assunto, recordar a vossas excelências algumas das decisões que tomámos em matéria de reforço dos recursos humanos. Se bem se recordam, já foi connosco, que decidimos contratar em contrato de trabalho em funções públicas a tempo inteiro vinte e um animadores sociais que estão exatamente no primeiro ciclo. Vinte e um! Mas quisemos mais, quisemos reforçar nas escolas do primeiro ciclo e no pré-escolar, mas particularmente no primeiro ciclo, as respostas nos períodos antes e depois dos períodos letivos e também, por isso, reforçámos os recursos humanos. Portanto, temos feito um esforço crescente de dar resposta às necessidades crescentes do contexto escolar. -----

É verdade que existem sempre diferentes questões e problemas nesta área, porque com um universo tão alargado de pessoal não docente e com aquilo que é, enfim, o respeito pela condição de cada um, nós temos sempre uma percentagem, às vezes importante, de pessoas que estão a faltar por diferentes razões, algumas delas de saúde. -----

E, portanto, em determinados momentos é muito difícil ajustar e existem momentos de incapacidade de resposta, não porque os recursos humanos sejam insuficientes, mas sim, porque não estão presentes. E no que diz respeito ao Centro Escolar, tivemos oportunidade e acompanhamos, de forma permanente, eu próprio já fiz uma reunião com os encarregados de educação por causa de uma questão crítica, à data, de falta de recursos humanos que nós corrigimos. A partir das 17h:30m até às 18h:00 não se encontram habitualmente mais de vinte alunos, por isso quando nós falamos de um grave problema que acontece no Centro Escolar, ele, na nossa opinião, não é um grave problema, são vinte alunos e têm acompanhamento. Agora, como todos nós sabemos, é cada vez mais difícil, sejam dez ou quinze ou vinte ou trinta alunos, é cada vez mais difícil garantir a atenção e garantir a participação dos alunos, porque os alunos são cada vez mais exigentes e, porventura, hoje mais do que ontem é preciso mais recursos para o mesmo número de alunos, porque eles são bastante mais exigentes. Por conseguinte, devo dizer que se efetivamente existe aí alguma dificuldade, faremos, como temos feito sempre, olharemos para o problema, falaremos sempre com a Direção do Agrupamento de Escolas, com o responsável por esse equipamento escolar, com os respetivos pais e encarregados de educação, olharemos para o problema, discuti-lo-emos e encontraremos a solução, porque nós acreditamos muito que a melhor solução é aquela que é participada, que é partilhada. -----

Portanto, se ela for conhecida e identificada por todos, a resposta será mais adequada e apesar de não ter, não tenho mesmo, nenhuma informação que me diga que existe um problema no Centro Escolar, designadamente no período final do dia, se ele existir, olharemos para ele e veremos como se ajusta, porque às vezes a solução também acontece, não com o reforço de mais pessoal não docente, mas sim com uma organização melhor, menor concentração, menor tempo e alocação de alunos noutra hora, porque temos que olhar para o número do pessoal não docente e depois ajustar às necessidades. -----

Se efetivamente, como já aconteceu no passado, existirem problemas, sobretudo no momento das refeições, porque também já identificámos que no momento das refeições tomam refeições um número significativo de alunos, sobretudo alunos de tenra idade e, portanto têm que ser mais apoiados e não é possível ter um trabalhador ou funcionário por cada uma das crianças, isso é impossível, mas é possível encontrar soluções que permitam garantir que os alunos tomam a respetiva refeição. Fez-se isso relativamente ao período de almoço, se tivermos que fazer relativamente no período do final do dia, fá-lo-emos, porque também temos a consciência que a organização do trabalho, que as exigências, enfim, que às vezes até a própria responsabilidade dos pais, faz com que os alunos estejam demasiadamente tempo na escola. Muito obrigado. -----

**António José dos Santos**, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e os senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal, comunicação social, senhoras e senhores Presidentes de Junta e público em geral. -----

Eu, talvez tenha que ser repreendido, porque eu queria fazer aqui um pedido de informação, não o deveria fazer, mas pronto, peço desculpa, eu sei e se me podia responder, mas de qualquer maneira queria



solicitar duas informações ao senhor Presidente que me esclarecesse o seguinte, relativamente a dois assuntos: -----

Fazer o ponto de situação das atividades de enriquecimento curricular, no ano passado, as atividades de enriquecimento curricular, não correram muito bem, queria saber se este ano está resolvido? É uma informação, eu sei. E, depois também queria perguntar-lhe, só se está prevista alguma intervenção nas poldras que já falei há tempos nesse assunto, se me puder responder, responda se não quiser responder, não responda, também sei que não deve responder. Obrigada. -----

Encerrou este período de Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Deve de ser o espírito de Abril, ainda! senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhores distintos Membros do Executivo Municipal, senhores membros desta Assembleia Municipal, incluindo naturalmente os senhores Presidentes de Junta e todos os aqui presentes. -----

Em primeiro lugar, espero que este modelo não se replique e, portanto, que nós não tenhamos que responder a perguntas do Período de Antes da Ordem do Dia, noutros pontos da Ordem de Trabalhos. Mas, ainda assim, vou tentar ser necessariamente breve sobre as duas questões que aqui foram colocadas. Nós tivemos o ano passado e há dois anos a oportunidade de falarmos sobre as Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs) e o desafio muito complexo que nos foi colocado. A verdade é que a resposta para esta questão só se conseguirá encontrar, de forma plena, se as Direções dos Agrupamentos de Escolas quiserem, porque estamos perante uma questão muito complexa. As Direções das Escolas, os respetivos Órgãos, designadamente do Pedagógico, mas também se calhar o Conselho Geral, definem quais são as áreas, os tempos e os momentos, de forma autónoma, sem qualquer intervenção do Município. Se assim for, como tem sido no passado, vai ser impossível encontrar técnicos que queiram por cinco, por dez ou por quinze euros, estarem disponíveis, porque ninguém estará disponível para trabalhar duas horas por dia! -----

E, portanto, temos que encontrar um modelo e, em abono da verdade, temos feito muitas reuniões com os senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas, temos partilhado muitas dificuldades, muitos problemas, tendo já sido feita uma discussão no Conselho Municipal de Educação, mas a questão é muito simples. Para nós podermos ter Atividades de Enriquecimento Curricular nas diferentes áreas, na música, na educação física, no inglês, nas artes performativas ou noutras, e para que efetivamente os técnicos possam ser recrutados nos termos da respetiva Portaria, é fundamental que também nós criemos condições para que eles possam desenvolver o seu trabalho e, portanto, se nós tivermos técnicos, mesmo a serem contratados no modelo que nós já estamos a fazer, não sei se recordam, nós começámos no modelo de prestação de serviços de avença e hoje já contratamos técnicos com contrato de trabalho em funções públicas, já fazemos isto, o que é um esforço de contratação e administrativo muito difícil. ----- Se nós continuamos a precisar de quarenta e seis, quarenta e dois, cinquenta e dois, quarenta e oito técnicos, vamos ter com certeza incapacidade de responder, mas é preciso que esta reflexão seja feita em conjunto. -----

Outro dos assuntos enunciados encontra-se relacionado com as Poldras. Como perceberão, a intervenção nas poldras só pode ser executada no final do verão! Portanto, eu sei que referiram, eu também já referi, como já se fizeram outras intervenções nas poldras, é importante que se diga, só podem ser feitas e programadas lá para setembro que é, em regra, o período em que há menos água no rio. Portanto, a obra terá que ser programada para essa altura. Ainda assim, devo dizer o seguinte: é desaconselhado, é proibido passar nas poldras, é preciso dizer isto de forma clara, eu sei que a sinalética lá existente é, de vez em quando, vandalizada. É verdade que se trata de um ponto turístico importante, que atrai muitas pessoas, mas é preciso ter a noção que atravessar as poldras constitui uma atividade desaconselhada, pelo facto de ser uma atividade de grande risco. E, portanto, é preciso ter isso presente e nunca incentivar os jovens e as crianças a fazer esse atravessamento, porque podemos ter consequências muito negativas. Assim sendo, temos que as manter com aquele aspeto visual, mas nunca esquecendo que não devem ser usadas para atravessamento do rio, porque para atravessar o rio existe uma ponte pedonal mesmo ao lado. Obrigado. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----





PONTO 3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023.  
INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 18/DGF/ 2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia novamente, senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, distintos Membros do Órgão Executivo e também desta Assembleia Municipal, todo o público aqui presente e também à estrutura de apoio. A intervenção apresentada em sede de reunião de Câmara faz uma análise bastante pormenorizada nas diferentes dimensões, Orçamental, Económica, Financeira e faz uma análise do PPI, do PAM e também faz uma referência a um conjunto de indicadores económicos e financeiros e esperando, naturalmente, que a tenham lido e que essa informação possa constituir um ponto de partida importante para a discussão, para o esclarecimento, para o reconhecimento do conhecimento sobre este documento essencial, porque eu ainda acredito que, porventura, o voto de vossas excelências será diferente do posicionamento expresso pelos senhores Vereadores do Partido Social Democrata na Câmara Municipal. -----

Tudo farei e responderei a todas as questões e a todas as interpelações que sejam feitas no sentido de que possam ser melhor esclarecidos, melhor informados e que possam estar mais habilitados a poderem, depois, sobre esta Prestação de Contas, terem uma posição, não uma posição partidária, não uma posição que dá tradução a uma visão de partidarite, não! Mas uma posição que faz a análise rigorosa entre aquilo que é o ponto de partida, e o ponto de partida, neste caso os Documentos Previsionais, Orçamento, PPI e o PAM, e aquilo que foram os resultados obtidos em cada uma dessas dimensões que foram previstas nos Documentos Previsionais, ou seja, o ponto de chegada. -----

E, portanto, eu acredito muito que a política é feita desta forma séria, sempre em defesa do interesse público, sempre em nome da verdade. Eu acredito muito que, com certeza, vão pensar e ponderar muito bem naquilo que possa ser o sentido de voto, porque eu não acredito que votem contra apenas com o argumento das alterações orçamentais aprovadas em sede de reunião de Câmara e que isso tenha qualquer implicação na qualidade da Prestação de Contas ou, sobretudo, naquilo que são os impactos positivos na nossa comunidade, sinceramente, eu não acredito que isso seja muito relevante e que de alguma forma isso seja motivo bastante para votar contra. -----

Portanto, insto vossas excelências para que possam naturalmente sobre esta matéria, fazerem uma reflexão e da minha parte, pôr-me-ei já à disposição para que possa esclarecer, clarificar, qualquer aspeto ou dimensão da prestação de contas que, porventura, mereça alguma reserva, alguma crítica, algum comentário de vossas excelências. Portanto, deixo isto como um preâmbulo, uma nota prévia a esta minha intervenção. -----

Queria dizer-vos que a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2023 integra um conjunto de documentos muito importantes que estão sistematizados e que dão informação sobre um conjunto de documentos de áreas muito, muito diferentes. Estamos a falar necessariamente da Demonstração Financeira Individual, das Demonstrações Financeiras Previsionais, das Demonstrações Orçamentais, da Contabilidade de Gestão, outros documentos específicos das Autarquias Locais, outros documentos da Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso e, portanto, têm aqui um conjunto muito significativo de documentos que darão informação muito relevante em diferentes perspetivas. As informações mais relevantes relativas a factos com expressão orçamental, financeira, económica, bem como a relativa à atividade desenvolvida pelas diferentes Unidades do Município, mas também a referente à execução do PPI e do PAM, encontram-se sistematizadas e analisadas no relatório de gestão disponibilizado também a vossas excelências no dossier documental relativo às contas do exercício do ano de 2023. -----

Naturalmente que a execução orçamental financeira e económica está correlacionada com os respetivos Documentos Previsionais aprovados para o respetivo período temporal, no caso, o ano económico de 2023, a saber: -----

- Orçamento da Receita da Despesa; -----
- Os Planos Plurianuais de Investimentos; -----
- O Plano de Atividades Municipais mais Relevantes. -----

Os programas, os objetivos, os projetos, as ações e as metas inscritas nos aludidos documentos previsionais foram contextualizadas e pretendem dar tradução material aos objetivos estratégicos e linhas programáticas que o informaram. Convirá, ainda aqui, aduzir que a execução financeira, económica e patrimonial concretizada no ano de 2023, foi condicionada pelo respetivo contexto nacional e internacional



e o respetivo desempenho da nossa economia. Para melhor se conhecer a dimensão efetiva da expressão da atividade desenvolvida pelos diferentes serviços municipais, a dar plena satisfação das necessidades sentidas pela nossa comunidade flaviense, espero que vossas excelências possam ter tido a oportunidade de ler o relatório de gestão nas diferentes páginas que têm aí tradução da relevante atividade municipal. Está, como sabem, da página 11, último parágrafo, à página 113 do relatório, existe informação sobre muita, diversificada e intensa atividade desenvolvida pelas diferentes Unidades Orgânicas. -----

Devo dizer em nome da verdade e no respeito pelo trabalho desenvolvido pelos trabalhadores que integram as diferentes Unidades Orgânicas que o relatório contém apenas uma síntese das atividades mais relevantes, porque, de outra forma, a informação, pela sua dimensão, seria praticamente ilegível. Ainda assim, permitam-me de forma necessariamente sucinta, enuncie por cada uma das Unidades Orgânicas as atividades mais relevantes que se concretizaram no ano transato. A Divisão Financeira que integra também a Unidade de Terceiro Grau de Contratação Pública e também a Unidade de Terceiro Grau de Controlo Financeiro de Fundos Europeus, a respetiva informação encontra-se sistematizada e aí vertida desde o último parágrafo da folha 11 à folha 20, aí se pode ver nesse relatório um conjunto de ações desenvolvidas muito relacionadas com a gestão financeira, com a elaboração dos documentos previsionais, da prestação de contas, da gestão orçamental, patrimonial e contratação pública, enfim, um conjunto importante de processos na área da arrecadação daquilo que são receitas e particularmente das dos fundos europeus. -----

Depois, a Divisão de Administração Geral que integra as Unidades de Terceiro Grau de Informática e Sistemas Inteligentes, mas também a Unidade de Terceiro Grau de Recursos Humanos e também a Unidade de Contratos e Expropriações. As atividades desenvolvidas por estas Unidades estão desde a página 21 à páginas 41, mas também da Divisão do Ambiente cuja atividade profícua desenvolvida está entre a página 42 e a página 48, mas também da Divisão de Obras Públicas, que promoveu um conjunto de procedimentos de contratação de empreitada e de ações de fiscalização e outras ações importantes no domínio das suas competências poderão aquilatar da relevância da sua ação entre as páginas 49 a 52. -----

E depois a Divisão de Educação e Ação Social que compreende a Unidade de Educação que durante o ano de 2023 incrementou um conjunto de ações e atividades muito importantes nos domínios da educação, do social e da saúde e, naturalmente, poderão vossas excelências conhecê-las de forma mais detalhada entre a página 52 e a 62. Por outro lado, também as ações desenvolvidas pela Divisão de Juventude e Desporto estão expressas nas páginas 62 a 71. Também naquilo que diz respeito à ação desenvolvida pela Divisão de Desenvolvimento Económico, na multiplicidade das suas ações desenvolvidas, incluindo também a Unidade de Terceiro Grau de Planeamento e Gestão de Fundos Europeus, está nas páginas 71 a 76, a Divisão de Cultura e Turismo nas páginas 76 a 90 e, como sabem, esta Unidade integra também a Unidade de Terceiro Grau de Desenvolvimento Termal e Turístico. -----

Ainda, e estou quase a terminar, na Divisão de Apoio ao Investidor e Relações Externas das páginas 90 a 93, da Divisão do Ordenamento do Território e Gestão Urbanística nas páginas 93 a 102. E por último, na Divisão de Recursos Operacionais, páginas 102 a 113. Perguntar-se-ão vossas excelências porque é que fiz estas referências às ações desenvolvidas por estas Unidades?! Porque muitas vezes atemo-nos apenas nas dimensões orçamental e financeiro, esquecendo-nos que existe um conjunto de ações preparatórias, instrutórias, materiais e operacionais absolutamente relevantes para que, efetivamente, aquilo que é o resultado final que é a satisfação dessa multiplicidade de necessidades evidenciadas nas nossas comunidades, possam ser satisfeitas e acreditem que são milhares e milhares de ações desenvolvidas pelas diferentes Unidades Orgânicas e, portanto, era importante também dar aqui nota, porque estamos a falar de Prestação de Contas, estamos a falar de utilização de recursos e os recursos não são apenas os financeiros e não são apenas os patrimoniais, são também os recursos humanos e, portanto, era importante que nós pudéssemos conhecer melhor, ainda que de uma forma necessariamente sintética, aquilo que é o trabalho muitas vezes ciclópico que é feito por muitas das Unidades e que naturalmente resulta do compromisso e da ação muito comprometida de muitos dos nossos dirigentes e dos nossos trabalhadores e, portanto, era isso que eu queria aqui deixar, porque me parece absolutamente importante e relevante. -----

Depois, devo deixar algumas notas mais particulares sobre alguns indicadores e alguns factos que têm relevância ou financeira ou económica ou orçamental porque, quanto ao demais, quanto à informação



detalhada, quanto a uma análise detalhada dos vários documentos que integram a Prestação de Contas, ela está no documento e que eu apresentei em sede de Reunião de Câmara e que, naturalmente, também pedirei que seja aqui partilhada com vossas excelências para que fique para memória futura e que poderá ser objeto de consideração, ser objeto de discussão se, porventura, vossas excelências tiverem algumas dúvidas. -----

Ainda assim, dito isto, queria deixar aqui alguns aspetos importantes sobre a conta de exercício de 2023. Dizer que existe um aspeto importante, este de cariz orçamental. Dizer que o Orçamento previsto para 2023 era de 63 milhões, 378 mil, 419 euros e 82 cêntimos e dizer que a execução tem vindo, de forma crescente, a atingir níveis mais elevados, sendo que também a execução nesta lógica orçamental, numa lógica de todas as receitas correntes e capital se situou em 56 milhões 324 mil 573 euros e 64 cêntimos, o que denota uma taxa de execução de 88/87%, o que significa que sem qualquer alteração, sem qualquer correção em baixa do valor do orçamento, denota uma execução muito relevante e que dá tradução e cumpre aquilo que é uma exigência legal nos termos do artigo 56 da Lei 73/2013, que é termos uma taxa de execução no que diz respeito às receitas igual ou superior a 85% e, portanto, é de facto um dado importante. -----

Depois, permitam-me também que partilhe com vossas excelências algumas das apreciações feitas por mim e que certamente permitirão conhecer melhor a evolução orçamental, financeira e económica do Município. Dizer que, ao longo dos últimos anos, as receitas correntes têm vindo a crescer muito, em resultado daquilo que tem sido transferência de competências e o correspondente dos fundos financeiros associados a essa transferência de competências, também muito em resultado daquilo que é o cumprimento da Lei das Finanças Locais e, portanto, o FEF ou seja o Fundo de Equilíbrio Financeiro tem vindo a ter uma expressão maior, isso também nos tem permitido que em 2023 as nossas receitas correntes superem os 39 milhões de euros. E dizer também, enfim, não é novidade para ninguém que a receita de capital que não tem, como sabem, grande expressão de financiamento no Fundo de Equilíbrio Financeiro, porque o seu valor é bastante escasso e está muito dependente de empréstimos bancários, o que não é desejável, porque verdadeiramente é preciso a seguir pagá-los, ou de captação de Fundos Europeus que é desejavelmente a nossa linha e a nossa perspetiva de financiamento, mas, como sabem, também em períodos de conclusão dos Quadros Comunitários, a capacidade de captação de Fundos Europeus diminui e ela só volta a ter expressão relevante quando, verdadeiramente, o Quadro Comunitário subsequente está já numa fase de execução relevante e, portanto, queria dizer-vos que o esforço de financiamento do Município, do investimento, ele resulta sobretudo da poupança. -----

Nós só temos um investimento muito relevante, porque uma parte significativa desse investimento resulta da poupança que fazemos entre aquilo que é a receita corrente e a despesa corrente, o chamado saldo corrente, e é em resultado dessa prática que existe a capacidade para financiarmos em mais do dobro aquilo que é a receita de capital, daí continuarmos a ter um investimento muito importante. -----

Mas queria também dizer-vos outra coisa, não vou ater-me muito a aspetos de evolução e de comparação em períodos homólogos, já está no documento que eu distribuí a vossas excelências, mas queria dizer-vos outra coisa muito importante, relacionada com este aspeto muito relevante. Como sabem, foi feito um esforço nos últimos anos, mais intenso e mais relevante a partir de 2018, no que diz respeito a uma melhoria das contas do Município e o momento certo para avaliarmos e conhecermos se, de facto, esse esforço da evolução do desempenho financeiro é hoje melhor, pior ou igual ao passado. Basicamente essa informação pode ser sintetizada de duas ou três formas, por um lado, é percebermos aquilo que tem a ver com a nossa capacidade de endividamento, porque ela está diametralmente ligada àquilo que é o nosso compromisso em termos de financiamento, quanto menor dívida tivermos, maior, em princípio, será a nossa capacidade de endividamento, ainda que a mesma possa ser influenciada por aquilo que tem a ver com o orçamento global. Portanto, queria dizer-vos que a esse nível, nessa dimensão, de facto, o que tem acontecido nos últimos anos, é uma evolução muitíssimo positiva. Antigamente era elaborado um documento pela DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais sobre aquilo que era a chamada Ficha do Município, e a Ficha do Município não era nada mais, nada menos do que uma síntese dos principais indicadores de recursos humanos, a nível de orçamento, a nível do endividamento, a nível do cumprimento daquilo que são as principais obrigações do Município, sendo que essa ficha deixou de ser publicada. Mas nós, no Município, continuamos a utilizar os mesmos pressupostos, os mesmos critérios para acompanhar essa evolução. Pois bem, dir-vos-ei que, de facto, em todos esses indicadores, aquilo



que é hoje a situação económica e financeira do Município, é verdadeiramente muito mais favorável do que aquilo que era no passado. -----

Queria só dar-vos outra nota, é mais uma nota, que é a diminuição da nossa dívida, comparativamente com o período homólogo, ela é expressiva, fica entre 8 e os 10% e por outro lado, significa que nós estamos neste momento numa situação em que podemos, como disse antes, como disse aquando de alguma discussão que fizemos no Período de Antes da Ordem do Dia, nós hoje temos capacidade de ir à Banca pedir empréstimo para fazer os projetos que verdadeiramente precisamos de fazer, como é o caso da piscina, porque nós hoje temos uma capacidade de endividamento que anda perto dos 40 milhões de euros. E podemos utilizar neste exercício ou no próximo exercício cerca de 16 a 17 milhões de euros, significando isto que temos capacidade, só no primeiro ano, para podermos financiar esta mesma infraestrutura. Não vos vou maçar muito, tenho aqui muitos dados que terei a oportunidade de partilhar com vossas excelências se for interpelado, designadamente vários rácios económicos, do serviço da dívida no Orçamento executado, sejam rácios de dívida dos recursos humanos com o orçamento executado, sejam rácios da despesa corrente com a despesa de capital, sejam rácios sobre financiamento local com o financiamento do Orçamento de Estado, sejam rácios sobre aquilo que tem a ver com o financiamento de investimento por receita corrente, Enfim, tenho aqui muita informação que posso partilhar com vossas excelências, aliás, grande parte dela está no próprio relatório, pode ser conhecida, mas se tiverem alguma curiosidade, podemos certamente olhar para ela e, portanto, termino dizendo uma coisa muito clara e com isto queria motivar todos a votar a favor. -----

Muito obrigado a todos. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

**Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhor e senhores Vereadores, senhoras e senhores Membros da Assembleia, senhoras senhores Presidentes de Junta, comunicação social se aqui presente, público e pessoal de apoio a esta Assembleia. -----

*“Chegámos ao momento em que se faz uma avaliação técnica do desempenho da governação municipal, em que a velha máxima “facta non verba” tem uma aplicação plena, porque que temos que nos subsumir aos factos evidenciados nos documentos de prestação de contas. -----*

*A política de recuperação, a política de transparência, de objetividade e verdade, tem dado evidentes resultados, sendo certo que sempre andou este executivo de mão dada com os interesses dos cidadãos e com a proteção social dos mesmos, sem descurar os importantes e relevantes investimentos em curso, bem como aqueles que já se encontram a ser projetados e que estão a incrementar o desenvolvimento económico, social, turístico e cultural do concelho, assumindo a nossa cidade um papel agregador e potenciador; -----*

*- São sobejamente conhecidas as enormes dificuldades conjunturais com que nos deparamos, sendo certo que nunca será demais recordá-las. Desde 2020 que o mundo passou a estar muito mais imprevisível. A terrível pandemia, a inflação elevada, a guerra na europa e o conflito no médio oriente, trazem uma enorme incerteza, uma instabilidade e imprevisibilidade, obrigando a um penoso exercício de gestão financeira e económica das instituições e das empresas. Todavia contra ventos e marés verificamos que este executivo não se amedronta, e de forma muito capaz, responsável, ponderada e assertiva executa de forma notável o seu orçamento, capacitando cada vez mais a autarquia de boas condições financeiras, apoiando cada vez mais os cidadãos, não só na vertente propriamente social, mas também na vertente comercial, como sejam os apoios dados às pequenas empresas e aos comerciantes em geral. -----*

*- Ao fazermos a leitura dos documentos de prestação de contas verificamos que em todas as rubricas existe uma notável execução das mesmas, sem que se comprometa o futuro do município. -----*

*- Os sinais de enriquecimento do município estão bem patentes nestes resultados, porquanto há financiamento com base em receita corrente, sendo um evidente sinal de saúde económica e financeira, que mais uma vez se verifica neste exercício; -----*

*- Por último quero aqui enaltecer aquele que foi o desenvolvimento de toda esta execução orçamental, que se encontra documentada no que agora discutimos e que o Senhor Presidente tão bem expôs. Houve necessidade de ao longo da sua execução realizar alterações, realizar ajustes que decorrem da própria*





*execução de um orçamento. Se a lei abre essa possibilidade, se os instrumentos financeiros o permitem, não vejo porque não se façam alterações orçamentais que ajudem ao cumprimento dos objetivos. Ora, qual não é a nossa surpresa quando verificamos que em sede de discussão e votação em reunião de Câmara os Srs. Vereadores do PSD sublinham os excelentes resultados, mas deliberam votar contra, devido ao elevado número de alterações orçamentais! Sinceramente ... voltamos a um ponto já aqui abordado ... para dar prova de vida, podiam usar outros argumentos! -----  
- Assim sendo, e porque tal desígnio deve nortear a ação de todos os órgãos autárquicos, e porque de firme convicção nos apraz olhar para esta prestação de contas, em nome de todo o grupo municipal do PS aqui expressamos o nosso apoio e voto favorável!" -----  
Muito obrigado, tenho dito. -----*

Encerrou a discussão deste ponto, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----  
Senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhora e senhores Vereadores, digníssimos e distintos Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta que são também distintos Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente e comunicação social que ainda se encontra neste espaço. -----  
Queria apenas na sequência daquilo que foi a intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Rui Pinheiro, do PS, aproveitar para dar duas notas suplementares relativamente àquilo que eu disse antes. Eu não disse por lapso que, de facto no ano de 2023, continuamos a fazer um esforço, ainda assim, insuficiente relativamente a um apoio, a um compromisso que queremos com as nossas Freguesias. Nesse domínio, continuamos a ter uma expressão, que anda entre 1,1 e 1,2 milhões de euros de transferência para as Juntas de Freguesia, sendo verdade que esse esforço terá que ser crescente, sempre de acordo com as capacidades financeiras do Município. Dizer também que, durante o ano de 2023, apoiámos de forma muito intensa e diversificada uma multiplicidade de intervenções na nossa comunidade no setor social, cultural, desportivo e recreativo, nas diferentes expressões e isso significou mais de 1,6 milhões de euros para todas essas associações, com uma particularidade, todo esse apoio foi pago no tempo e no momento certo. Isso é muito importante, não só é importante apoiar, como também é importante cumprir de forma tempestiva com cada uma dessas obrigações. -----  
Depois, dizer que há uma coisa que nos dá satisfação, se vossas excelências virem o dossier da Prestação de Contas, não tem lá nenhuma fatura em atraso! Não sei se deram conta?! Não há nenhuma fatura em atraso! Nenhuma fatura em atraso! Queria também dar outra nota importante. Para além da redução da dívida no último ano, que ficou nos 8,06%, ela está hoje, se nós excluirmos as operações extraorçamentais, andar um bocadinho acima dos 17 milhões que é um valor que ainda assim é relevante e que é exigente, mas que não constitui hoje a principal preocupação. -----  
Queria dar-vos nota do seguinte: Apesar do incremento significativo do valor das taxas dos empréstimos, eu tenho para partilhar com vossas excelências aqui um quadro onde é referido que, por exemplo, em 2017, a taxa de juro nalguns dos nossos empréstimos era 0%, era 0% e nalguns era de 0,02% e noutros era 0,09% e apesar de a taxa de juros ser tão baixa, o Município de Chaves pagou mais de 1 milhão de euros de juros e outros encargos. Pois bem, em 2023 as nossas taxas de juro à Banca andaram nos valores, tais como, de 4,10%, 2,50%, nos 2,45%, nos 3,92%, nos 4,20%, ou seja, temos aqui sempre taxas em termos médios na casa dos 3,6% / 3,7%. E apesar disso, comparando com 2017, nós temos hoje menos de 150% em pagamento de juros, não chegando a 400 mil euros. Portanto, eu queria só notar este particular, porque se trata de uma grande diferença, porque mesmo numa situação em que as taxas de juros é 3,4 vezes mais alta, nós temos menos de metade dos recursos financeiros alocados aos juros e outros encargos e, portanto, era uma nota que eu aqui queria deixar para que vossas excelências pudessem ter conhecimento destas questões, porque elas são importantes. -----  
Muito obrigado. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta e nove votos a favor, onze votos contra e seis abstenções de acordo com a votação abaixo discriminada: -----  
Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge



Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho e José Carlos Carvalho Fernandes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Fernandes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia), de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, em representação de Santo Estevão – António Manuel da Costa Ramos, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, em representação da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Francisco da Caridade Ginja, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, e André Fontoura Faria, Olga Machado Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Gilberto Gomes Alves, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira e Maria Ramos Rodrigues. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal do PSD, Maria José Alves Portela. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Não participou na discussão e votação do presente assunto, o seguinte membro deste órgão deliberativo, por não se encontrar presente no momento da votação: -----

Presidente de Junta de Freguesia: de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro. -----

PONTO 4 – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019 DE 30 DE ABRIL. QUADRO SÍNTESE DE TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS A TRANSFERIR E RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS. MINUTA DE AUTO DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS. PROPOSTA N.º 31/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia, senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal e todos os que nos acompanham nesta Sessão da Assembleia Municipal. -----

Eu vou procurar ser sintético, mas, ainda assim, esclarecedor sobre a motivação desta proposta. Como sabem, a Lei 50/2018, a famigerada Lei Quadro de Transferência de Competências para os Municípios, para as Freguesias, para as CIMs, define o enquadramento legal do processo de descentralização. Muitas das dimensões previstas no diploma, foram já concretizadas ou pelo menos em grande medida, porque de forma subsequente e de modo a declinar a solução prevista nesse diploma quadro, foram publicados



mais de vinte diplomas setoriais com base nos quais foram transferidas competências. Esta proposta aborda, particularmente, as transferências de competências entre os Municípios e as Freguesias que, cujo diploma enquadrador e disciplinador desta mesma transferência de competências é o Decreto Lei 57/2019, de 30 de abril. -----

Existe, desde há algum tempo, uma intenção do Município de transferir essas competências para as Freguesias. Para alcançar esse desiderato, foram feitas um conjunto de diligências e de reuniões sobre o âmbito e as matérias objeto de transferência de competências, que, em determinado momento, o assunto veio à Assembleia Municipal, onde foi deliberada uma posição sobre aquilo que seriam matérias passíveis de transferência. Posteriormente, era necessário densificar e dar tradução a este processo de transferência de competências, designadamente quanto à sinalização das competências passíveis de transferir na perspetiva do Executivo Municipal e também sobre o quadro de recursos financeiros e outros que pudesse estar associado. -----

Nesse domínio, foi elaborado um documento síntese que também acompanha o dossier, que vem agora a esta Assembleia Municipal, que define quais são as matérias objeto de transferência de competências, quais seriam aquelas que têm corresponsabilidade em termos de financiamento, recursos financeiros e outros e aquelas que, verdadeiramente, não têm associado nenhum financiamento, porque o financiamento resulta das taxas associadas a essas atividades de licenciamento administrativo. Esse enquadramento foi feito, foram identificadas três ou quatro áreas mais relevantes em que seria necessário coligir mais informação e encontrar um método que permitisse aferir a forma de como essa discussão se pudesse concretizar. -----

Estamos a falar em matéria de gestão e manutenção dos espaços verdes, limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e também, em determinada medida, manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público com exceção daquele que seja objeto de concessão. Foram feitas medições relativamente às áreas em cada uma das Freguesias associadas a arruamentos e aglomerados urbanos, associados aos caminhos municipais, associados a estradas municipais, tendo sido calculado um valor por cada quilómetro quadrado de intervenção, com base no Sistema de Informação Geográfica. O mapeamento e a identificação das áreas foi discutido com cada uma das Freguesias e, portanto, o que nós trazemos hoje a esta Assembleia Municipal, é já uma proposta relativamente às Freguesias que já comunicaram a intenção de aceitarem essa transferência de competências e disseram em concreto quais são as competências que estão disponíveis para aceitar e isso veio hoje à Assembleia Municipal. -----

Analisaremos hoje quatorze dessas propostas, tratando-se de um processo dinâmico e que vai ser universal. Existem processos em diferentes estados de maturação, com concertação, com a negociação que está a acontecer, sempre no princípio de igual tratamento e, portanto, desde que nós propusemos ao Órgão Executivo e ao Órgão Deliberativo a transferência de competências, já houve outras comunicações de outras Freguesias que vieram manifestar a sua posição sobre as competências que aceitam, sobre as competências que não aceitam, sobre os termos das mesmas. -----

E, portanto, esse quadro de síntese que hoje vem a esta Assembleia Municipal, vem também os termos e vem todos os documentos que permitem densificar e concretizar essa transferência de competências, designadamente, a minuta do ato de transferência. Dizer outra coisa também muito importante, nós queremos depois, aliás, como se encontra expresso também no documento de enquadramento na minuta de transferência de competências, queremos fazer uma comissão de acompanhamento, ou seja, queremos ter uma comissão técnica que possa, à semelhança do que acontece entre a Administração Central e os Municípios relativamente às matérias que já foram objeto de transferência para os Municípios, também nas Freguesias acompanhar a execução de cada uma dessas competências para percebermos quais são as dificuldades, as insuficiências e depois, ao fim de algum período, desejavelmente um ano, possamos perceber em que medida e de que forma nós podemos melhorar o desempenho dessa competência, seja na dimensão financeira, seja na dimensão da execução material. -----

Neste momento está colocada à consideração de vossas excelências, aquilo que tem a ver com as Freguesias de: Ervededo; Faiões; Lama de Arcos; Oura; Planalto de Monforte; São Pedro de Agostém; Vale de Anta; Vilela do Tâmega; União das Freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia; União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações; União das Freguesias da Madalena e Samaiões; União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge; União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha e União das Freguesias de Travancas e Roriz. Dizendo que, por exemplo, Vale de Anta entende não aceitar



nenhuma competência, bem como a União de Freguesias de Soutelo e Seara Velha, que também não aceita nenhuma competência. Isto só para dar tradução que se trata de um processo totalmente aberto, com plena liberdade de opção, sem nenhum condicionamento. -----

O único condicionamento encontra-se na área urbana da cidade que, como nós demos nota, a dimensão da limpeza dos espaços verdes deve ficar sob a tutela dos Serviços Municipais. -----

Quanto às demais, elas são todas passíveis de discussão e, portanto, é o que nós trazemos hoje e certamente em junho traremos outras propostas, em setembro outras, em dezembro outras, porque gostaríamos muito que no ano de 2024 o processo ficasse concretizado, para quê?! Para que a partir de 1/01/2025 se pudessem concretizar estas competências e a transferência financeira fosse feita diretamente do Orçamento Geral do Estado através da Direção-Geral das Autarquias Locais, para as respetivas Freguesias, retirando esse montante aos valores que são devidos ao Município. Portanto, gostaria muito que o processo fosse desenvolvido desta forma e que, no final do ano, tivéssemos o processo fechado, sendo certo que fechado não significa que todas as Freguesias tenham que aceitar competências, mas no sentido de que todas tenham tomado uma posição sobre esta matéria. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: Presidente da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – **João Manuel Almeida Pinto**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia a todos. Bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Membros desta Assembleia, caras e caros colegas Presidentes de Junta, meios de comunicação aqui presentes e técnicos auxiliares de comunicação. -----

*“Meio século depois da revolução, o que faltava “cumprir de Abril”.* -----

*Gostava de deixar aqui, nesta assembleia, uma nota de agradecimento, por aquele que foi para mim um dos dias marcantes para os autarcas de Freguesia do Concelho de Chaves. A data escolhida não podia ter mais significado, comemoramos este ano os 50 anos de liberdade, 50 anos de democracia, 50 anos desde que se deu a revolução dos cravos, em abril de 1974.* -----

*Foi no passado dia 24 de abril que, todos os Presidentes de Junta ou os seus representantes, que exerceram os seus mandatos desde o 25 de abril de 1974, no Concelho de Chaves, foram homenageados pela CMC, este foi um gesto simples, mas muito nobre, esta foi uma forma de enaltecer e reconhecer todos aqueles que todos os dias, sem exceção, fazem um trabalho de proximidade junto das suas populações, este trabalho é feito de forma dedicada e com grande disponibilidade e afeição.* -----

*Dito isto, o meu agradecimento pessoal, e se os meus colegas Presidentes de Junta me permitem, e também em nome de todos aqueles que foram agraciados mas não estão presentes, o nosso muito obrigado ao Município de Chaves, na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, por esta gesto singelo, mas ao mesmo tempo tão marcante para todos nós, é certamente um reconhecimento impar que ficará na nossa memória.* -----

*E falando no ponto que me trouxe aqui hoje: Portugal é um país invariavelmente centralizado, pese embora tente encontrar soluções descentralizadoras que promovam o equilíbrio das diferentes regiões do país.* -----

*A institucionalização da Regionalização Administrativa foi rejeitada no referendo realizado em 1998. Em substituição das Regiões, foram criadas as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's) e as Comunidades Intermunicipais (CIMs).* -----

*As Regiões Administrativa são o caminho necessário para que a descentralização administrativa do Estado se possa concretizar eficazmente.* -----

*A Constituição da República Portuguesa (CRP) estabelece no seu art.º 235º, que a organização democrática do Estado é composta pela existência de autarquias locais, que são os municípios, as freguesias e as Regiões Administrativas.* -----

*Com um olhar ainda distante para a concretização da Regionalização, em 2018, foi aprovada uma Lei-quadro, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que prevê a transferência de competências para as autarquias locais e para as Comunidades Intermunicipais, entre elas o reforço de várias competências para as freguesias em domínios integrados na esfera jurídica dos municípios, esta Lei foi concretizada pelo Decreto Lei 57/2919 que prevê a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, porque são as freguesias que se encontram mais próximas dos cidadãos, porque são as*





freguesias os polos essenciais da democracia de proximidade e da igualdade no acesso aos serviços públicos, porque só assim, junto com o Municípios, é possível contribuir para o desenvolvimento das regiões do interior, assegurando desta forma uma maior coesão territorial. -----

A transferência de competências dos Municípios para as Freguesias obedece a um processo negocial entre os executivos das CMC e das Juntas de Freguesia, nomeadamente, as competências que entendem que devem aceitar e o respetivo encargo financeiro se for caso disso, obedecendo a uma posterior aprovação pelos os órgãos Municipais e pelos órgãos de Freguesia. -----

No nosso concelho foram já 12 as freguesias que aprovaram a transferência de competências. A Junta de Freguesia que presido foi uma das freguesias que aceitou algumas das competências previstas na lei, o nosso entendimento, é que deve existir nesta primeira negociação/aceitação de transferências de competências, uma certa flexibilidade de ambas as partes, assim como aconteceu, nas transferências de competências do Estado para as Câmaras Municipais, porque não existe um modelo perfeito para o fazer, já que os modelos devem ser adaptados a cada território, dependendo de vários fatores determinantes, como a área, população, infraestruturas etc... -----

Caros Presidentes de Junta, nestas negociações não existem arrependimentos, não devem existir arrependimentos, porque ano após anos as transferências podem ser negociadas, podem ser aceites ou podem ser recusadas. -----

Estamos certos que, de momento, o que tem criado mais obstáculos, dúvidas e incertezas, é a dotação financeira. Mas também nesse aspeto posso referir com alguma satisfação, que as Juntas de Freguesia do Concelho de Chaves têm um grande privilégio, têm o privilégio de manter um protocolo, um protocolo financeiro que o senhor. Presidente afirmou em 2017 que seria para manter, mas que não somente manteve, como ano após ano esse protocolo foi sofrendo progressivos aumentos senhoras e senhores Presidentes. Por isso caros colegas, tal como estas 12 juntas de freguesia aceitaram as transferências, dentro daquelas que foram as mesmas condições, de forma igualitária e equitativa, na minha sincera opinião, não vejo motivos para que as Vossas Juntas não aceitem, competências essas que nos dão mais autonomia, mais independência, nos permitem estar mais próximos das nossas populações, que nos permitem acima de tudo sermos mais prontos, mais justos e mais disponíveis às solicitações dos nossos concidadãos. Caras e caros colegas, estas competências devem permitir-nos olhar para o passado, pensar o presente e planear o futuro. -----

Disse. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 5 - ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (EAVVD) "UM NOVO COMEÇO". - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023. INFORMAÇÃO/PROPOSTA/DEAS/SHSDPC/Nº 81/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos, senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos e digníssimos Membros desta Assembleia Municipal e todos aqueles que se encontram presentes. -----

Tomei a palavra, e estive quase para não o fazer, mas acho que cometeria uma injustiça, este assunto, pese embora seja para conhecimento. Este ponto traz, para conhecimento da Assembleia Municipal, o relatório elaborado em resultado da ação de uma Estrutura de Atendimento à Vítima, que tem sido concretizada pela Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa. Esta Instituição, a Cruz Vermelha, particularmente a Delegação de Chaves, tem vindo a desenvolver um trabalho muito relevante, muito profícuo com diferentes dimensões, mas sempre com um propósito muito centrado naquilo que são as necessidades mais prementes, sociais, ou, neste caso, relacionados com condições muito específicas de um grupo da nossa população que são as vítimas de violência doméstica. -----

E, portanto, queria dar nota que esta estrutura local, dinâmica, proativa e diligente, o que procurou fazer, foi encontrar financiamento para que no território pudesse ajudar a dar respostas adequadas àquilo que são as vítimas de violência doméstica, para além disso, também têm uma Resposta de Apoio Psicológico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica. E, portanto, dizer que estas duas respostas muito importantes vieram acrescentar a capacidade de resposta às necessidades prementes e relevantes que



existiam aqui e que existiam não apenas no nosso Concelho, porque esta estrutura tem um âmbito mais alargado que é no Alto Tâmega todo. -----

E, portanto, queria dar aqui nota pública e um reconhecimento público e, também, um agradecimento por este trabalho relevantíssimo desenvolvido pela Delegação de Chaves da Cruz Vermelha, seja nesta estrutura, seja no RAP, que é naturalmente financiada por fundos comunitários, esperando que possa ter continuidade e que possa com financiamento europeu desenvolver esta atividade muitíssimo relevante. Muito obrigado a todos. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

**Melissa Alexandra Carvalho Lopes**, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

*“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação social e demais presentes, -----*

*A Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (EAVVD) “Um Novo Começo” da Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa integra a Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica e dispõe de técnicos especializados para o atendimento, apoio e acompanhamento às vítimas de violência doméstica, profissionais esses dotados de formação nas áreas da psicologia, assistência social e direito, que acompanham e orientam as vítimas desses crimes, não só vítimas adultas, como menores expostos a essa problemática. -----*

*O relatório de atividades de 2023 que a Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e a RAP nos apresenta permite-nos perceber a sua relevância territorial na região do Alto Tâmega e Barroso, proporcionando atendimento, apoio e acompanhamento a vítimas de violência doméstica, dos concelhos de Chaves, Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, assumindo-se deste modo como respostas especializadas e de proximidade. -----*

*Sublinhamos o trabalho em rede desenvolvido e as Parcerias estabelecidas, através de protocolos de cooperação multidisciplinares e intersectoriais, com intervenção na área da violência doméstica e de género, nomeadamente no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2018, designadamente do Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica 2018-2021 (PAVMVD). -----*

*Nesta senda, e no sentido de assegurar as condições necessárias e essenciais a uma cobertura nacional qualificada da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), salientamos a integração, em 2023, da EAVVD-RAP “Um Novo Começo”, em 2023, no Protocolo de Constituição da Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar – RIVD, da Comarca/Distrito de Vila Real, promovido e implementado pela Procuradoria da República da Comarca de Vila Real, integrando um vasto número de entidades, que desempenham um papel fundamental em matéria de violência doméstica. -----*

*Destacamos o facto de esta Estrutura dar continuidade ao trabalho em Rede, no âmbito de protocolos e parcerias já instituídas, particularmente com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) dos 6 concelhos do Alto Tâmega e Barroso, as Forças de Segurança, a Saúde, os Municípios, a Segurança Social, a Educação, o Emprego, e outras IPSS’s. -----*

*Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista congratula a EAAVV pelo profícuo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, definindo eixos estratégicos que servem de base à sua intervenção, pelos procedimentos de atuação, assentes em estratégias adequadas e eficazes, no combate ao crime de violência doméstica.” Obrigada. -----*

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

PONTO 6 - APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS LIDERADAS POR TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU OU INFERIOR; REGULAMENTO DAS COMPETÊNCIAS E DO PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ENQUADRAMENTO LEGAL: DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE



OUTUBRO, E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO AMBAS NA ATUAL REDAÇÃO; LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. PROPOSTA N.º 39/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro e segundo Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, comunicação aqui presente e público, porventura, também presente. -----

Senhor Presidente, o título sintetiza, de forma quase perfeita, o que verdadeiramente aqui pretendemos apreciar e votar. O que está aqui em causa nesta proposta, encontra-se relacionado com a alteração da macroestrutura do Município de Chaves. Como sabem, nesta data, a atual estrutura do Município de Chaves não tem Unidades Nucleares, os chamados Departamentos, tem apenas Unidades de Segundo Grau, as Divisões, e o que pretendíamos com esta proposta, é, tendo em consideração aquilo que foi a apreciação e a evolução das necessidades de arrumação organizativa e de cumprimento de um conjunto de satisfação de necessidades, torna-se fundamental que essas tarefas e que essas competências possam ser arrumadas de uma outra forma, não só porque o grau de exigência crescente da concretização dessas necessidades exige outro tipo de estrutura e outro tipo de coerência na organização, mas também é fundamental que possamos dar resposta adequada e cabal às exigências crescentes daquilo que são as necessidades coletivas, particularmente em resultado de transferência de competências, que, como sabem, foram muito significativas e, por outro lado, também é fundamental que nós adequemos a nossa estrutura àquilo que é a dimensão dos recursos humanos que o Município hoje já tem. E digo-vos que provavelmente vão ficar surpreendidos, mas o Município de Chaves tem hoje setecentos e vinte e seis trabalhadores, e, como já perceberam em discussões anteriores, temos ainda áreas em que existe carência. E, portanto, todas estas razões também estão vertidas, de forma mais estruturada e mais explícita, na própria motivação da proposta. Esta solução que nós trazemos aqui, está muito alinhada com as soluções de macroestrutura, que existem noutros Municípios da nossa dimensão, ficando ao critério de vossas excelências aprovar ou não esta proposta. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta votos a favor e dez abstenções.** -----

PONTO 7 – RELATÓRIO CANAL DE DENÚNCIA – INTERNA/EXTERNA 2023 – MUNICIPIO DE CHAVES. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro e senhora segundo Secretários, senhora e senhores Vereadores, Membros desta Assembleia e incluindo naturalmente os distintos Autarcas aqui presentes.

O canal de única foi criado no ano passado, no cumprimento do mandato legal. Todas as organizações, particularmente as públicas, que tenham uma determinada dimensão de trabalhadores são obrigadas a ter canais de denúncia, canais de denúncia anónimas, significando isto que qualquer pessoa pode fazer essa denúncia, alertar, comunicar, partilhar determinada situação que, na sua perspetiva, é desconforme à lei, é imprópria, isso podem-no fazer num canal e nós temos dois canais, um interno e outro externo.

O externo é para todo e qualquer cidadão, temos um interno que é para os trabalhadores com a garantia que, efetivamente, não é identificado o autor dessa denúncia. Portanto, o que aqui trazemos, é exatamente isso, poderão aceder àquilo que são os, digamos, sítios ou os endereços eletrónicos que estão aí perfeitamente expressos, <https://chaves.wiretrust.pt>, trata-se de uma plataforma certificada, que impede que saibamos efetivamente quem fez essa denúncia. Este relatório contém toda a informação sobre aquilo que foram o número de denúncias desde que a plataforma foi criada, que foi o ano passado. Nesse contexto, perceberão que existem duas denúncias, já tratadas, que posteriormente foram encaminhadas com decisão. -----

Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----



**PONTO 8 – RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 94/DAG/2024. -----**

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa e Membros da Mesa, senhora e senhores, Vereadores e aos digníssimos Membros desta Assembleia Municipal. O propósito é o mesmo. De facto, este e o anterior são instrumentos que se encontram alinhados com um desiderato comum relacionado com a introdução de mais transparência, através da criação de instrumentos e normas que obstem, que impeçam, ou que dificultem práticas incorretas, práticas ilegais, muitas delas relacionadas com questões de eventual risco de corrupção, questões também menores de outras infrações com a violação do respetivo mandato. Todos os anos, a Câmara Municipal elabora um programa de combate à prevenção da corrupção e de riscos conexos e, depois, no final de cada ano, avalia serviço por serviço, unidade por unidade, medida por medida, se, de facto, essas medidas foram implementadas, se foram deficientemente implementadas, ou se não foram implementadas, se efetivamente existe a necessidade de fazer medidas adicionais, sendo que esta análise é feita tendo em consideração aquilo que são as dimensões da atividade municipal suscetíveis de eventualmente originar maior risco de contaminação, de prevaricação, de corrupção. E o relatório tem exatamente, por unidade e por cada medida, aquilo que foi o resultado da ação desenvolvida no ano de 2023, tratando assim de um ciclo anual. -----

Não se registaram intervenções. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----**

**PONTO 9 – PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR - 2024”. INFORMAÇÃO Nº 25/DEAS-UE/2024. -----**

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reiterando os cumprimentos ao senhor Presidente, ao senhor primeiro e segunda Secretários, senhora e senhores Vereadores aqui presentes, distintos membros desta Assembleia Municipal. Esta proposta que vem aqui, depois de ser objeto de discussão em sede de reunião de Câmara e estar em discussão pública durante trinta dias, pretende no essencial melhorar aquilo que, na nossa perspetiva, na perspetiva de quem acompanha e executa este programa, que existia alguma distorção relativamente a um dos objetivos deste Regulamento. -----

O Regulamento, que na sua génese teve como propósito premiar o mérito escolar, mas também apoiar em termos financeiros as famílias que evidenciassem maior dificuldades em termos sociais e económicos não estaria a cumprir a sua função, pois estaria a distorcer o seu propósito naquilo que era a dimensão social, onde, provavelmente, em muitos casos, nos encontrávamos a apoiar em medida inadequada um conjunto de famílias que, porventura, teriam menos direito do que aquelas que não estavam a ser apoiadas de forma tão expressiva. -----

Eu explico melhor, como o valor da bolsa tem por base um conjunto de critérios de recursos de acesso, mas tem sobretudo na sua base como pressuposto a bolsa obtida pelos alunos a frequentar o Ensino Superior concedida pelo Estado, existia e existe uma regra no Regulamento que declara que o apoio do Município se concretiza no diferencial entre o valor da bolsa e os dois mil euros. Pois bem, todos os alunos que tivessem a bolsa máxima do Estado, que em muitos casos é de três mil ou três mil e duzentos ou três mil e oitocentos euros, não teriam qualquer hipótese de beneficiar da bolsa concedida pelo Município. Neste contexto, eram sobretudo as famílias que não tinham direito à bolsa do Estado, que acabavam, muitas vezes, por ter uma bolsa maior do Município e, portanto, no intuito de criar aqui um equilíbrio maior, foi agora desenhado outro critério para que, de facto, isto não tenha essa expressão e continue a ter algum equilíbrio, porque em muitos casos, com os critérios anteriores, estávamos a impedir o acesso a quem mais necessita do apoio. Este foi o mote principal para vir aqui alterar este Regulamento. Muito obrigado a todos. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

**Fernando Miguel Borges Valpaços, pelo PS, no uso da palavra disse: -----**





“Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores vereadores, presidentes de junta, membros eleitos, funcionários de apoio, comunicação social e demais publico presente. -----

Sobre a proposta de alteração ao regulamento do programa municipal de atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior (depois de ouvidas as explicações do Sr. Presidente) quer o Grupo Municipal do Partido Socialista apenas ressaltar alguns aspetos que considera serem dignos de ressaltar. -----

O Regulamento de Atribuição de Bolsas de estudo que entrou em vigor no ano letivo 2007/2008 suscitou sempre algumas questões ao nível dos seus pressupostos ou requisitos de acesso, o que levava a que muitos jovens flavienses carenciados ficassem desde logo impedidos de se candidatar ao mesmo. -----

Nesse sentido, em 2018, já sob liderança do Partido Socialista e com o intuito de aumentar o número de candidaturas ao programa, foi proposta a alteração da condição de candidatura referente à média mínima de ingresso no ensino superior, passando a ser possível qualquer jovem se candidatar à bolsa de estudo com o mínimo de 12 valores ao contrário dos anteriores 14. -----

A alteração fez duplicar a média de candidaturas anuais à bolsa de estudo, passando de uma média de 40 candidaturas anuais para 80, o que permitiu também que mais jovens se encontrassem em condições de atribuição da mesma. -----

Volvidos seis anos, afigura-se necessário alterar o regulamento, tornando-o mais justo, promovendo a igualdade de oportunidades, incentivando estudantes de baixos rendimentos a ingressar e permanecer no ensino superior de igual forma aos que têm mais rendimentos. -----

Assim, o executivo liderado pelo Dr. Nuno Vaz propõe as seguintes alterações ao regulamento: -----

A primeira alteração permite retificar uma imperfeição do anterior regulamento que independentemente dos rendimentos do agregado familiar, colocava todos os alunos em pé de igualdade, o que levava a que quanto maior fosse o valor da bolsa atribuída pela DGES, menor seria a do Município de Chaves. -----

O novo regulamento extingue o teto máximo de 200€ de cada bolsa de estudo; podendo no caso de o candidato vir a usufruir de algum tipo de bolsa de estudo de outra instituição, a mesma ser cumulativa com a da Câmara Municipal independentemente do seu valor. -----

Desde o ano letivo de 18/19 que o valor dos bens patrimoniais do agregado familiar não tem sido atualizado, pelo que, a proposta do novo regulamento, tendo por base as taxas de variação do Índice de Preços no Consumidor permitirá a atribuição de bolsas de estudo a estudantes em que o valor dos bens patrimoniais do agregado familiar não seja superior a 115.000€. -----

Pretende-se alterar também a forma de ordenação de candidatos, tornando-a mais justa, focando-se essencialmente em dois aspetos essenciais para o programa: a necessidade de apoio do estudante e o seu desempenho académico. -----

Por último deixo aqui alguns exemplos da otimização das novas formulas de cálculo: -----

• Hoje em dia um estudante com uma bolsa mensal de 150€ da DGES recebe do município o valor de 50€/mês, com a nova formula de cálculo passará a receber 112,5€. Um aumento de 225%; -----

• Um estudante com baixos rendimentos familiares que lhe leva a obter uma bolsa mensal de 360€ da DGES não recebe nada do município. Com a nova formula de cálculo passará a receber 270€/mês;

Alcançando a otimização do regulamento, garantindo a sua evolução, melhor adaptação, para que se possa apoiar os estudantes flavienses de uma forma mais ampla, mais equitativa, reforçando as questões sociais que a todos nos preocupam, o Grupo Municipal do Partido Socialista, votará a favor a referida alteração. Obrigada.” -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade** -----

PONTO 10 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, TENDO EM VISTA O RECRUTAMENTO DE 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE GEOGRAFIA; 2 TÉCNICOS SUPERIORES NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL/ CIÊNCIAS SOCIAIS, NO ÂMBITO DA RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, PARA ALOCAR AO PROJETO “RADAR SOCIAL”. PROPOSTA N.º 28/GAPV/2024. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



Boa tarde, senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta, senhoras, Presidentes de Junta, comunicação social aqui presente e também unidade de apoio técnico. -----

A explicitação da fundamentação desta proposta está bem evidenciada naquilo que é o documento que tiveram certamente oportunidade de ler, mas, ainda assim, permito-me aqui dar duas notas de enquadramento. -----

A primeira, é que é necessário fazer uma alteração ao Mapa de Pessoal, àquele que foi aprovado em dezembro de 2023 por vossas excelências, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o exercício económico em curso, em resultado de uma candidatura que o Município de Chaves fez ao PRR no âmbito social, foi aprovada uma candidatura designada por “Radar Social.” -----

Esta candidatura e esse projeto pretende fazer um trabalho de diagnóstico muito relevante e intenso no Concelho no que diz respeito a todas as questões de âmbito social, seja dos séniores, seja dos mais jovens, das crianças, seja das deficiências, identificando e, depois, procurando também que possam ser desenvolvidas, de uma forma subsequente, algumas ações que possam mitigar e debelar algumas das insuficiências a respostas que existem. Este programa que certamente vai financiar, nos dois ou três primeiros anos, a totalidade dos recursos humanos, exige que nós aloquemos a este projeto uma equipa multidisciplinar, imperativamente, na área Social e na área da Geografia e, portanto, o que nós propomos aqui é que vossas excelências possam aprovar a alteração do Mapa de Pessoal com a inclusão de três postos de trabalho, Técnico Superior, dois da área social, Assistentes Sociais e um de Geografia para que o projeto possa ser concretizado. -----

Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade.** -----

PONTO 11 – ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO RESPETIVO ACOMPANHAMENTO DO PIM “PREPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTAS POR OUTROS PROCESSOS” DA SOCIEDADE “ISABEL GRILO UNIPESSOAL, LDA.” - INFORMAÇÃO Nº07/DDE/24, DA ENG<sup>a</sup> CLÁUDIA FERREIRA DE 20.02.2024; -----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.** -----

PONTO 12 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM. PROPOSTA N.º 16/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 13 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDEDO. PROPOSTA N.º 37/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 14 – PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMÁRIA DE MOREIRAS”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE MOREIRAS. PROPOSTA Nº 38/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde, senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, meus senhores e minhas senhoras. -----

Prescindi da apresentação das duas propostas anteriores, porque são em tudo muito similares, eu diria exatamente iguais nos seus termos, nos seus pressupostos, nos seus objetivos e prazo, àquelas que foram já trazidas aqui em momento anterior e que se concretizam numa solução de comodato, numa



linguagem comum, de empréstimo, com as respetivas Freguesias para que possam lá desenvolver as suas atribuições e também as suas competências. E porquê esta necessidade de fazer aqui uma explicitação relativamente a esta proposta? Esta proposta não é de comodato, é de doação e, portanto, o que nós trazemos, é uma proposta de doação do edifício que cumpriu uma função muito relevante durante muito tempo, porque foi usada como escola primária e agora o que nós propomos, é que ela seja transferida de forma definitiva para a Freguesia de Moreiras. A razão principal que motiva esta proposta e que será tido como referencial para todas as outras propostas que eventualmente se sigam, tem a ver com o seguinte pressuposto: -----

Sempre e quando a respetiva freguesia tiver feito um investimento relevante no respetivo edificado, propriedade do município, foi entendimento sufragado primeiro por mim, depois pelos senhores Vereadores em sede de reunião de Câmara que se encontram reunidas as condições para que nós possamos transferir esse mesmo património, de forma definitiva, para a respetiva Freguesia, ou seja, se efetivamente tiver havido já um compromisso de financiamento, requalificação na edificação muito importante e muito relevante, diria mais do que o valor inicial do mesmo imóvel, então estão reunidas as condições para a transferência desse edificado para a respetiva Freguesia. -----

Fica só uma condição e a condição é única, é que esse imóvel seja destinado para toda e qualquer atividade correlacionada com a competência das Freguesias e, por isso, desde que o edifício em causa contribua para a satisfação das necessidades da respetiva comunidade, ela pode ficar na esfera patrimonial da Freguesia. E, portanto, esta proposta tem uma condição, essa condição é de natureza resolutive e pode ser exercida se a Freguesia quiser alienar essa escola ou quiser destiná-la a qualquer função que não tem a ver nada com a Freguesia, então o Município e os Órgãos do Município podem exercer o direito de reversão. Concluindo, o que se pretende, é que este edificado, que estes imóveis sejam colocados ao serviço das respetivas comunidades, para que concretizem os seus propósitos, as suas competências, os seus projetos, não limitando a nenhuma função específica, nem a centro convívio, nem a centro cívico, nem a sede de junta. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 15 – CRIAÇÃO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS DE MOBILIDADE CONDIÇÃOADA – NA ZONA DA ROTUNDA DO MONUMENTO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 1161/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 81/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 08/02/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 16 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO LARGO DA TRINCHEIRA, NA LOCALIDADE DO COUTO, FREGUESIA DE ERVEDEDO, – PROCESSO Nº 70/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 160/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 23/02/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 17 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA FREI JANEIRO, NA LOCALIDADE DA GRANJINHA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, – PROCESSO Nº 109/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 189/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/03/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----



PONTO 18 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DE CABO VERDE NO CRUZAMENTO COM A RUA TIMOR, EM SANTA CRUZ, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, – PROCESSO Nº 128/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 206/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/03/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 19 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO CANTO DO JARDIM, NA MADALENA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, – A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO Nº 169/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 240/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 20/03/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

Por último, no uso da palavra, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal, disse: quero, em meu nome e da Mesa, agradecer a vossa presença, a vossa colaboração, o vosso empenhamento e a forma democrática e civilizada como decorreu esta Assembleia. Desejar a todas e a todos a continuação de um bom dia e até à próxima reunião. Tudo de bom para todos vós. Obrigado. ----  
De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
(Altamiro da Ressurreição Claro)

O Primeiro Secretário

\_\_\_\_\_  
(Anselmo José Martins)

O Segundo Secretário

\_\_\_\_\_  
(Isabel Maria Ruivo Seixas Martins)

A Funcionaria

\_\_\_\_\_  
(Maria de Fátima dos Santos Machado Silva)

